

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA
INTERNACIONAL (PEPI)**

**INTEGRAÇÃO DA ECONOMIA OTOMANA AO SISTEMA MUNDIAL
CAPITALISTA**

MEHMET ARIF KOSK

**Rio de Janeiro
Novembro/2020**

INTEGRAÇÃO DA ECONOMIA OTOMANA AO SISTEMA MUNDIAL CAPITALISTA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Professor Orientador: Daniel Barreiros (PEPI/ UFRJ)
Autor: Mehmet Arif Kosk

Rio de Janeiro
Novembro/2020

FICHA CATALOGRÁFICA

K86	Kosk, Mehmet Arif. Integração da economia otomana ao sistema mundial capitalista / Mehmet Arif Kosk. – 2020. 86 f.; 31 cm. Orientador: Daniel de Pinho Barreiros. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2020. Bibliografia: f. 80 – 86. 1. Integração econômica – Império Otomano. 2. Capitalismo. 3. Sistema capitalista. I. Barreiros, Daniel de Pinho, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.	CDD
337.56		

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária: Luiza Hiromi Arao CRB 7 –
6787 Biblioteca Eugênio Gudín/CCJE/UFRJ

Apoio:
CNPQ - O Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação - PEC-PG
Bolsista de Mestrado

INTEGRAÇÃO DA ECONOMIA OTOMANA AO SISTEMA MUNDIAL CAPITALISTA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Aprovada em 22 de dezembro de 2020

Prof. Dr. Daniel De Pinho Barreiros

Prof. Dr. Eduardo Alberto Crespo

Prof. Dr. Pedro Rocha Fleury Curado

INTEGRAÇÃO DA ECONOMIA OTOMANA AO SISTEMA MUNDIAL CAPITALISTA

Resumo

O objetivo desta dissertação é reavaliar os argumentos e as conclusões produzidas a partir dos estudos sobre a incorporação da economia otomana ao sistema mundial capitalista. São analisadas ao longo deste trabalho algumas questões controversas. A pergunta que move esta dissertação é quando e como ocorreu a inserção otomana no sistema capitalista mundial, avaliando os argumentos sobre a inserção no século XVI e os argumentos que propõem a inserção efetiva no século XIX.

Somado a isso, apresento e avalio o debate acadêmico sobre quais fatores, externos e internos, foram primariamente efetivos na dissolução e transformação da sociedade otomana e sua organização econômica. Em contraste com uma vasta literatura que coloca ênfase nas variáveis externas, sobretudo o desenvolvimento econômico da Europa, proponho observarmos como os fatores internos não econômicos também foram primordialmente eficazes na dissolução e transformação da sociedade otomana. Nesse sentido, destacamos também o subdesenvolvimento do Império Otomano no século XIX, e da Turquia no século XX, como principais resultados internos da incorporação.

Palavras-Chaves: Império Otomano; capitalismo; sistema mundial capitalista.

Abstract

The main purpose of this thesis is to reevaluate the statements presented in the studies on the incorporation of the Ottoman Economy into the Capitalist World-System. Some controversial issues are analyzed throughout this work. The research starts by assessing when and how did the Ottoman insertion into the world capitalist system occur, evaluating the arguments about insertion in the 16th century and the arguments that state the effective insertion as happening in the 19th century.

In addition, I present and evaluate the academic debate about which factors, external and internal, were primarily effective in the dissolution and transformation of Ottoman society and its economic system. In contrast to the vast literature that emphasizes external variables, especially the impact of the economic development of Europe, I propose to observe how internal non-economic factors were also primarily effective in the dissolution and transformation of Ottoman society. In this sense, we also highlight the underdevelopment of the Ottoman Empire in the 19th century, and of Turkish Republic in the 20th century, as secondary domestic outputs of the inclusion in question here.

Keywords: Ottoman Empire; capitalism; capitalist world system.

SUMÁRIO

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O "SISTEMA MUNDIAL CAPITALISTA"	7
O debate sobre integração econômica	9
A teoria do sistema-mundo capitalista: os quatro estágios	10
Integração Econômica e a Teoria do Sistema-Mundo: o caso do Império Otomano	12
Liberalismo Econômico e os fundamentos estruturais do Sistema Mundial Capitalista	15
Considerações metodológicas: os problemas nos documentos otomanos nos séculos XVI e XVII e as limitações para os estudos demográficos	18
A Questão do Agente Motor, considerações epistemológicas	23
Estrutura de capítulos	24
OS DEBATES SOBRE A TRANSIÇÃO E O DEBATE BRENNER	26
O debate de transição	26
Brenner Debate	31
O caso Otomano	34
ANÁLISE DOS ARGUMENTOS HISTÓRICOS INFLUENCIADOS PELA ESCOLA DOS ANNALES	38
A História Econômica e Social e a influência de Fernand Braudel	38
Estudos Otomanos Influenciados pela Escola dos Annales	40
O PAPEL DA INDÚSTRIA TÊXTIL NA INSERÇÃO DA ECONOMIA OTOMANA AO SISTEMA MUNDIAL CAPITALISTA ENQUANTO FORNECEDORA DE MATÉRIA-PRIMA	49
Tendências Gerais do Comércio Otomano com a Europa Ocidental nos séculos XVII e XVIII	49
Características gerais da indústria têxtil otomano	60
Algodão	60
Seda	68
Bens de Mohair	70
INTEGRAÇÃO E SUBDESENVOLVIMENTO: FATORES NÃO-ECONÔMICOS	72
O poder central Otomano	73
Isolamento científico e intelectual	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	81

Introdução

Nesta primeira parte da pesquisa irei i) apresentar o problema sobre o qual me debruço nesta pesquisa, ii) suas nuances filosóficas, iii) ressaltar o cuidado necessário na interpretação dos arquivos otomanos e iv) reavaliar as concepções epistemológicas que pautam as principais correntes de estudo sobre o tema.

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O "SISTEMA MUNDIAL CAPITALISTA"

Quando examinamos o desenvolvimento histórico das sociedades, reconhecemos a existência da interação econômica e política entre elas. Paralelamente, também se pode afirmar que nunca houve um padrão único de desenvolvimento, o que abre uma vasta agenda de pesquisa para estudos de caso ou comparativos. Desse modo, vemos que as características estruturais da interação entre as sociedades; o desenvolvimento das relações de produção capitalista na Europa; bem como a intensificação da dependência como resultado das interações no século XVI¹, têm sido questões de interesse entre os historiadores da economia. Entretanto, muitos processos econômicos complexos que nos permitem entender as operações de mercado e a estrutura econômica que observamos hoje são preteridos nas análises de história econômica e simplificados sob conceitos guarda-chuva como "globalização", "mundialização" ou modernização.

Partindo dessa inquietação, esta pesquisa busca uma análise atenta sobre as nuances da integração da economia otomana ao sistema mundial capitalista. Por "sistema mundial capitalista" adoto a leitura de Immanuel Wallerstein. Em *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista* (2001), Wallerstein chama de "Capitalismo Histórico" o processo pelo qual o capital extrapola questões materiais de demanda, produção e lucro, e estrutura um sistema histórico e social, cuja expansão enquanto um sistema-mundo foi pautada pela lógica do acúmulo de capital e marcada pela transição do feudalismo em direção à proletarização e à divisão social do trabalho. Isso, segundo esse autor, nos levou ao "Capitalismo Civilizacional", que representa a tônica das ideias liberais que colocam o homem (mais especificamente o homem europeu) no centro da história, com pretensa universalização da

¹ Em consonância com o marco desenvolvido por Wallerstein (1979), que será melhor desenvolvido adiante.

civilização capitalista, o que encontrou obviamente uma série de dilemas e resistências que promovem tanto crises como fomentaram sua expansão.

No caso do Império Otomano e da história do sistema-mundo capitalista, surgiram diversas visões e abordagens relacionadas ao assunto, sobre as quais busco apresentar um panorama e demonstrar como a dificuldade em se estabelecer um marco único para a integração da economia otomana ao sistema-mundo não é uma limitação epistemológica que torna a empreitada mais desafiadora, mas uma fonte de informação para compreendermos a integração para além da lógica determinista presente em leituras marcadas por um forte estruturalismo, tal como a própria proposta teórica de Immanuel Wallerstein (1974; 1979; 1980). Cabe lembrar que, mesmo sendo passível dessa crítica, Wallerstein (1974; 1979; 1980; 2001) traz um excelente arcabouço teórico para compreendermos as condições que por hora propiciaram o crescimento econômico do Império Otomano, mas por outro lado também afirmaram seu status enquanto Estado periférico (ou semi-periférico) que se relacionava e dependia das regulações formais ou espontâneas provenientes das potências ocidentais europeias.

Na literatura *mainstream* sobre o tema, considera-se que a integração do Império Otomano à economia mundial aconteceu no século XIX, embora esses marcos variem de acordo com o recorte de diferentes estudiosos do tema. Mas, de modo geral, o século XIX é apontado como o período no qual um maior volume de tratados econômicos foram feitos, o que, segundo alguns autores (KASABA, 1988; PAMUK, 1984), expressa a inserção otomana no sistema capitalista.

Considerando essas contribuições, o objeto de estudo desta pesquisa é a integração da economia otomana no sistema capitalista nos séculos XVII e XVIII, isto é, antes da chamada "onda de globalização" (OWEN, 1981). Dessa forma creio ser possível extrapolar a visão formalista que dá ênfase aos tratados e ao processo de dissolução do Império que levou à modernização e secularização que fundou a República da Turquia nas duas primeiras décadas do século XX. Para tal, realizei uma revisão bibliográfica a fim de compreender e debater as mudanças que ocorreram no sistema político, social e, sobretudo, econômico do Império Otomano nos séculos que precederam a sua mais notória inserção, a do século XIX e início do século XX.

I. O debate sobre integração econômica

Naturalmente, surgiram estudos estimulantes em países periféricos com o objetivo de compreender os fatores históricos que marcam a integração da economia mundial, propondo generalizações políticas e econômicas para os problemas atuais decorrentes da dependência em relação aos países centrais². Nessa mesma linha, existe um grupo robusto de estudos que investigam as causas do subdesenvolvimento da Turquia, que está incluída na categoria de países da semiperiferia (ONIS, 2015).

Existem basicamente dois problemas largamente discutidos nos estudos sobre o subdesenvolvimento do Império Otomano e da Turquia Moderna, iniciados desde a década de 1960. São eles: I) o debate acerca das características do cenário pré-capitalista turco; e II) a investigação sobre quais fatores (externos e/ou internos) foram primordialmente determinantes no subdesenvolvimento da Turquia³.

Os contribuintes do primeiro debate discutiram se o modo dominante de produção no Império Otomano era correspondente a um tipo de feudalismo da Europa Ocidental ou referia-se ao Modo de Produção Asiático⁴. Dando ênfase nessa questão do modo de produção, alguns historiadores da economia debruçaram-se sobre o seguinte problema: qual pode ser considerado o principal elemento motor das transformações e da consequente condição de subdesenvolvimento que se observou na formação social otomana desde o século XVII ao XIX?

Em alguns casos, como veremos no próximo capítulo, a discussão desse problema ocorreu independentemente do debate sobre o modo de produção. Um subtópico foi acrescentado à pauta de discussão do segundo debate⁵, relativo ao período inicial da

² Dentre os nomes notórios desse movimento, gostaria de chamar atenção para os teóricos marxistas da Teoria da Dependência, tais como Samir Amin, Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, Orlando Caputo, Roberto Pizarro.

³ Aqui, nos referimos ao aumento ou decréscimo populacional e ao desenvolvimento do comércio internacional, que engloba fatores externos, supostamente os principais fatores que distorcem a organização interna de qualquer organização social e determinam sua trajetória de desenvolvimento. Da mesma forma, nos referimos a fatores não econômicos (como religião, lei, estado) específicos do modo de produção dominante em qualquer formação social como fatores internos. Essas questões serão melhor desenvolvidas nos próximos capítulos desta pesquisa.

⁴ Şefik Hüsnü, I.H Tökin, Halil Berktaş, Dogan Avcioğlu, Mübeccel Kiray são nomes importantes que afirmam que o modo dominante de produção no Império Otomano foi o feudalismo. Por outro lado, Sencer Divitçioğlu, Idris Küçükömer, Muzaffer Sencer, Asaf Savaş Akat, Ismail Cem, Hikmet Kıvılcımlı, Seyfettin Gürsel, Çağlar Keyder e Huri Islamoglu-İnan sugerem que o Modo de Produção Asiático era o modo dominante de produção no Império Otomano. No entanto, há certamente diferenças na interpretação do feudalismo e Modo de Produção Asiático entre as pesquisas: Ver: Berktaş (1988).

⁵ Sobre quais fatores (externos e/ou internos) foram primordialmente determinantes no subdesenvolvimento do então Império Otomano.

incorporação da economia turca à economia mundial capitalista e a consequente dependência dos países centrais ocidentais. Nesse ponto, há uma divergência dentro da própria literatura, períodos distintos para o início desse processo.

II. A teoria do sistema-mundo capitalista: os quatro estágios

Para discutirmos a inserção da economia otomana no sistema capitalista mundial, precisamos antes apresentar uma leitura possível do que se entende como sistema capitalista mundial. Nesse sentido, a obra de Wallerstein é acionada para compreendermos a natureza desse sistema que se projetou sobre as mais diversas áreas do globo e impactou e engajou os diferentes povos de formas distintas e, ao mesmo tempo, similares.

No sistema-mundo de Wallerstein, o capitalismo surgiu, em seu primeiro estágio, através do desenvolvimento das relações comerciais e o consequente surgimento do mercado mundial entre 1450 e 1640, período que o autor chama de "longo século XVI", que culminou na crise do sistema feudal, que foi também o momento de crises cíclicas e mudanças climáticas (WALLERSTEIN, 1974: 406-407). Nesse cenário, a única saída para a Europa foi a expansão geográfica da divisão do trabalho (WALLERSTEIN, 1974: 407). Essa reestruturação econômica fortaleceu a economia europeia e permitiu a expansão geográfica, o que também atuou como freio para o ímpeto imperialista dos Habsburgos (WALLERSTEIN, 1974: 407). Com esse fracasso da dinastia Habsburgo, Wallerstein argumenta que:

"a economia mundial capitalista era um sistema estabelecido que se tornou quase impossível de desequilibrar. Rapidamente alcançou um ponto de equilíbrio em suas relações com outros sistemas mundiais: o Império Otomano e Russo, e com a proto-economia mundial do Oceano Índico. (...) Nesse ponto, os que estavam no status semiperiférico o haviam alcançado em virtude do declínio de um status anterior mais proeminente." (WALLERSTEIN, 1974: 408)

O autor ainda afirma que foi justamente a crise que perdurou entre 1650 e 1730 que possibilitou o segundo estágio da economia mundial moderna, pois a recessão forçou a contenção e o declínio no superávit relativo e permitiu que só um Estado central sobrevivesse; assim as potências disputaram entre si através das práticas mercantilistas, que não permitiam um império mundial, mas impérios construindo hierarquias e relações comerciais interdependentes dentro da economia mundial. Foram esses rearranjos que fortaleceram a Inglaterra, sobretudo em função do seu poderio naval, que após enfraquecer

França e Holanda, mobilizou as inovações tecnológicas e iniciou sua industrialização a partir de 1790, iniciando o estágio três que transforma o capitalismo agrícola em capitalismo industrial e desloca os Estados majoritariamente agrícolas para as margens de seu sistema (WALLERSTEIN, 1974: 408; 411).

As necessidades do sistema capitalista mundial impulsionam sua expansão ao redor do globo, o que resultou na incorporação de áreas externas, cujo status na divisão mundial do trabalho é determinado de acordo com a especialização regional. As relações sociais internas dessas áreas são reorganizadas de acordo com as exigências do sistema-mundo e dos mecanismos do mercado mundial: o sistema-mundo capitalista gera transformação nessas regiões como uma força externa (WALLERSTEIN, 1974). Em outras palavras, áreas periféricas não têm um efeito determinante no início do processo; adaptam-se quase passivamente às imposições do sistema-mundo capitalista. Ou seja, nessa abordagem, o processo de incorporação é marcado por uma forte determinação unilateral do sistema-mundo capitalista.

Wallerstein (1974) coloca em questão a ideia de que o crescimento industrial através da chamada Revolução Industrial representou um "processo orgânico de desenvolvimento e progresso" (WALLERSTEIN, 1974: 387). Em resposta, o autor propõe pensarmos o capitalismo enquanto manifestado pela expansão do mercado mundial via tratados comerciais e no desenvolvimento de relações mais robustas que desembocaram no sistema econômico que vemos hoje: a representação do quarto estágio do sistema capitalista mundial.

Isto é,

"nas áreas periféricas da economia mundial, tanto a expansão econômica continuada do centro (...) quanto às retomadas de força da semiperiferia, levaram a um enfraquecimento adicional da posição política e, portanto, econômica das áreas periféricas. Os especialistas observam que a lacuna estava ficando cada vez maior, mas até agora ninguém conseguiu fazer muito a respeito, e não está claro se há muitos interessados em fazê-lo. Longe de um fortalecimento da autoridade do Estado, em muitas partes do mundo estamos testemunhando o mesmo tipo de deterioração que a Polônia conheceu no século XVI, deterioração da qual a frequência dos golpes militares é apenas um de muitos sinais. E tudo isso nos leva a concluir que o estágio quatro foi o estágio de consolidação da economia mundial capitalista. Consolidação, no entanto, não significa ausência de contradições e não significa probabilidade de sobrevivência no longo prazo." (WALLERSTEIN, 1974: 441, tradução livre).

Em suma, para esse autor, a aceleração das relações comerciais com os países centrais leva à incorporação dos Estados periféricos à economia capitalista mundial, o que alimenta o desenvolvimento do capitalismo, enquanto limita o poder e a influência da periferia em relação ao centro (WALLERSTEIN, 1974). Wallerstein pode ser criticado por sua

conceituação do capitalismo com base no *aumento quantitativo nas relações comerciais*, em vez de uma *mudança qualitativa nas relações de produção*.

Contudo, um olhar atento à história nos permite perceber que a escravidão e a servidão coexistiram com o sistema de assalariamento, e este foi o caso, conforme veremos adiante, das relações de trabalho no Império Otomano. Logo a mudança qualitativa nas relações de produção são um marcador importante, mas sua mobilização requer a conjunção da teoria econômica com as contribuições da História Social. Diferentes formas prevaletentes de regime de controle de trabalho estão implicadas em diferentes regiões (WALLERSTEIN, 1974: 400). Considerando a leitura wallersteiniana de que o sistema-mundo capitalista opera nas bases da divisão mundial do trabalho organizada em termos de especialização regional, as relações de produção que prevalecem em uma região não se tornam necessariamente relações de trabalho assalariado no sistema mundial (WALLERSTEIN, 1974: 394).

Nesse sentido, no âmbito do debate sobre a Teoria da Dependência e no contexto da CEPAL⁶, André Gunder Frank (1967) argumenta que o processo de desenvolvimento e subdesenvolvimento começou com o sistema mercantilista e capitalista das nações europeias e que o subdesenvolvimento surgiu como resultado do capitalismo industrial, que produziu hierarquias entre as distintas partes do globo, como no caso da América Latina: as periferias se tornaram dependentes da indústria dos centros e de sua demanda por matéria-prima. Como veremos nas próximas páginas, esse debate econômico relativamente recente ecoa a história otomana de até seis séculos atrás.

III. Integração Econômica e a Teoria do Sistema-Mundo: o caso do Império Otomano

A análise sobre a formação do capitalismo enquanto um sistema-mundo fornece um arcabouço conceitual de importante impacto nos estudos do processo de transformação da economia de sociedades para além do centro europeu. Desse modo, proponho avaliarmos algumas leituras proeminentes sobre a transformação da economia otomana e seu processo de integração ao sistema mundial capitalista.

Enquanto um grupo de historiadores otomanos sugere que a incorporação foi realizada no século XVI, outros estudiosos enfatizam o século XIX como o verdadeiro ponto

⁶ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe fundada em 1948 e uma agenda de substituição de importações e fortalecimento das indústrias nacionais.

de virada. Como mencionado anteriormente, as divergências em relação a um marco único para a integração da economia otomana ao sistema-mundo não são uma limitação epistemológica, mas uma evidência do caráter processual e não linear. Esse impasse presente na literatura, conforme proponho, pode ser proveitoso ao passo que pode convidar o analista a uma observação que extrapole explicações deterministas.

Considerando a teoria do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein (1974; 1979; 1980), argumento que os diferentes marcos históricos⁷ que são comumente apontados como de inserção otomana no Sistema Capitalista Mundial são diferentes manifestações da rigidez estrutural que regula e institucionaliza a desigualdade entre centro e periferia. Isto é, o que é considerado um contexto de desenvolvimento e modernização econômica também pode ser lido como resposta à periferação que o Império Otomano sofreu em relação ao Ocidente capitalista, o que também coexistiu com uma série de crises políticas internas. Assim como o desenvolvimento econômico é um produto de relações integradas, conforme veremos com os teóricos da Escola dos Annales, o subdesenvolvimento e a desindustrialização também o são, conforme veremos a partir do trabalho crítico de alguns autores turcos como Ömer Lütfi Barkan e Mustafa Akdağ.

O sistema-mundo capitalista, durante sua fase de expansão, absorveu áreas pré-capitalistas através do estabelecimento de vínculos comerciais em áreas que atualmente já se encontram geograficamente saturadas. Essa saturação é apontada por alguns economistas como um fator de crise para o sistema econômico vigente (ARRIGHI, 1996: 369). O sistema-mundo tem algumas características importantes e que precisamos considerar de antemão, posto que é uma via teórica para compreendermos a natureza do que aqui estamos chamando de integração econômica. Dentre elas, é notável o seu ritmo cíclico que consiste na alternância de momentos de expansão e retração econômica, bem como a ascensão de grupos hegemônicos e de disputas interestatais (HOPKINS, WALLERSTEIN, 1979: 482- 484). Outra característica presente na conceituação do sistema-mundo é a secularização, que envolve a mecanização, a burocratização, bem como relações de interdependência e polarizações, o que evidencia o caráter oscilatório desse sistema, inclusive entre momentos de instabilidade e estabilidade (HOPKINS, WALLERSTEIN, 1979: 485- 450).

⁷ I) Com o crescimento econômico que levou a industrialização (OKYAR, 1980: 116-120); II) Onda de Globalização: inserção e crescimento do papel do Império Otomano no comércio internacional de algodão (1850-1914) (OWEN, 1969: 161) e ainda a proposta da História Social e Política dos Annales, sobretudo Braudel, que aponta para um processo heterogêneo e com distinções entre as diferentes regiões do Império Otomano (BRAUDEL, SPOONER, 1967).

Esse processo de incorporação não deve ser retratado como mera conquista de um espaço geográfico. É preciso considerar o processo de estruturação da economia capitalista através da interação entre o modo capitalista e pré-capitalistas de produção. Essa compreensão unilateral da inserção da economia capitalista nas regiões não capitalistas será problematizada nesta dissertação para não negligenciarmos a dinâmica interna ao enfatizar apenas os fatores externos e considerar a transformação capitalista de uma região específica em termos de uma adaptação passiva às imposições dos mecanismos do mercado mundial que detêm o monopólio do poder generativo

Em contrapartida, também busco equilibrar essa análise estruturalista com as críticas de Brenner (1976; 1977;1987), que convidam a um olhar mais atento às dinâmicas de classe e às mobilização de certos grupos, sobretudo a elite agrária, cuja atuação expressava a competição e a busca por acúmulo de capital e recursos.

Hoje, a economia mundial é organizada sob uma estrutura de integração e interdependência entre as diferentes nações, e, de modo geral, pode ser definida como uma economia social única, na qual a divisão do trabalho ocorre a nível nacional. Um traço notório dessa estruturação econômica atualmente é a produção de diversas *commodities*. Embora sejam um produto de caráter local, dependendo das características geográficas e geológicas, as *commodities* têm sua demanda agregada e as curvas de oferta integradas com toda a economia capitalista mundial⁸.

Em virtude disso, não condiz pensarmos o desenvolvimento como algo autônomo ou isolado, tanto no sentido político, quanto econômico. O desenvolvimento e a modernização são produtos relacionais e históricos. Posto isso, quais são algumas das consequências econômicas dessa integração? Como foi a atuação do mercado interno do Império Otomano no contexto de integração?

Essas são algumas questões que esse trabalho busca responder mediante uma leitura inquieta do debate acadêmico sobre inserção econômica no sistema capitalista e como ela se deu no caso da Turquia, com a finalidade de, a partir da história econômica, atentar para aspectos que informam sobre o sistema capitalista mundial e, portanto, ressoam com a nossa atualidade.

⁸ De fato, o termo "economia capitalista mundial" foi primeiramente desenvolvido por Wallerstein. Neste estudo, empregaremos a mesma definição. Para formulações teóricas gerais desta perspectiva, ver Wallerstein (1974) e (1980).

IV. Liberalismo Econômico e os fundamentos estruturais do Sistema Mundial Capitalista

Para que voltar ao tempo da história? Empobrecido, simplificado, envolto pelo silêncio, reconstruído, — insistamos bem: **reconstruído**.
Na verdade, está ele tão morto, tão reconstruído como se diz?
(BRAUDEL, 1965: 274)

Em "História e Ciências Sociais: a longa duração" (1965), Braudel propõe a união das Ciências Humanas (incluindo não só as Ciências Sociais, mas também a Psicologia e a Economia) sem que a História seja negligenciada, defendendo seu lugar e sua importância. Braudel (1965) aponta o *tempo* como ponto comum entre essas ciências. Nessa proposta, a estrutura temporal fica dividida em três partes: i) curta duração (os eventos); ii) média duração (as conjunturas); e iii) longa duração (toda a estrutura). Dessa forma, aponta Braudel, a longa duração passa a ser o elemento central para se entender as conjunturas, acontecimentos e manifestações da sociedade. Ele também concebe a análise do tempo curto como insuficiente, posto que não alcança os elementos estruturais, que seriam a verdadeira explicação.

Braudel atribui à estrutura uma temporalidade, concebendo elementos relativamente fixos, porém não modelos estáticos; sendo assim, as "atitudes de longa duração" seriam os velhos hábitos de pensar e de agir resistentes ao tempo. Isso nos permitiria buscar elementos estruturais e analisá-los, como feito pela História das Mentalidades, que concebe as mentalidades como uma ponte entre os recursos disponíveis e as ações humanas, que constituem comportamentos relativamente resistentes à longa duração.

A filosofia política desde a Grécia Antiga tratava da desigualdade entre os homens, e os filósofos da modernização do século XVII também o fizeram no âmbito do racionalismo. Contudo, diferente da filosofia aristotélica que desemboca em Rousseau, Hobbes⁹ e Locke¹⁰ são os principais nomes que discutem os fundamentos do capitalismo e sua expansão e agregação das zonas periféricas, e são excelente fonte para compreendermos a lógica

⁹ Em sua obra mais icônica, *Leviatã* (1651), Hobbes funda as bases da filosofia moderna com sua abordagem do contratualismo segundo a qual o estado de natureza, resultado da anarquia, seria a miséria e a guerra de todos contra todos, ausência da noção de propriedade e de justiça. Em nome da ausência de guerra total e manutenção da ordem social e econômica, funda-se a autoridade soberana. A partir disso, Hobbes argumenta sobre a necessidade do contrato social para que o soberano proporciona a paz mediante a renúncia da liberdade natural por parte dos indivíduos

¹⁰ John Locke (1690) enquanto pensador do empirismo moderno reconhece o homem enquanto produtor de sua própria existência, propondo uma filosofia preocupada com o progresso e bem estar humano. Locke entende o estado de natureza enquanto a maximização da igualdade entre os indivíduos, posto que nenhum indivíduo tem autoridade reconhecida sobre o outro, o que resulta num estado de liberdade plena na qual todos os indivíduos executam a lei através do direito natural universal, guiados por preceitos de justiça e moralidade

capitalista que resiste às intempéries da história. No discurso hobbesiano, há uma desigualdade reconhecida e legítima: a autoridade dos soberanos sobre os súditos¹¹. Por outro lado, o grande nome do Liberalismo, John Locke, defende que o objetivo principal do governo deve ser a manutenção das liberdades individuais, mais especificamente, a livre concorrência, e o direito de propriedade. Nesse sentido, se analisarmos a história do Império Otomano, veremos que o sultanato em muitos aspectos condizia com a política europeia do século XVI, inclusive sempre rodeados de filósofos e intelectuais que auxiliavam na administração política e econômica, e até mesmo militar, do Império¹².

A desigualdade econômica e as hierarquias não eram vistas como um problema para esses dois filósofos. Em Locke, a única desigualdade problemática é a desigualdade no gozo dos direitos naturais universais: à liberdade e à propriedade. Locke considera esses direitos inclusive na relação de senhores e escravos, justificando a escravidão de outras raças. Para Locke, nenhum indivíduo pode ser privado desses direitos, a não ser que ele tenha atentado contra os direitos de outrem, neste caso até a tortura e a morte são permitidas segundo o autor.

Com a expansão do capitalismo e a formação do sistema-mundo capitalista, o homem econômico foi projetado para todo e qualquer homem do globo conforme eram inseridos sob a lógica da economia de mercado (WALLERSTEIN, 2004). As constituições republicanas, os aparatos de tutela dos Estados e a doutrina Liberal foram construídos sobre a premissa da igualdade entre os indivíduos: a igualdade de direitos de quem mantém seu pacto com o contrato social, o que exclui outros povos, raças e homens escravizados. A globalização da política europeia e do liberalismo econômico acentuou a desigualdade resultante de longos e distintos processos históricos nas diversas regiões do globo.

No capítulo XIII de *Leviatã*, Hobbes argumenta que o estado de natureza pode ser observado na relação entre os Estados. Numa sociedade internacional hobbesiana o soberano seria representado por uma oligarquia ou potência hegemônica. Com a globalização dos processos políticos oriundos do contexto europeu e a internacionalização da economia de mercado capitalista, pode-se constatar empiricamente o teor político da anarquia ora como formulada em Hobbes, ora como formulada em Locke.

¹¹ Nesse sentido, Osmã I, personificou essa autoridade soberana com a fundação do que logo foi chamado de Império Otomano, no final do século XIII e Início do século XIV. Osmã I criou uma estrutura econômica local para financiar seu exército na luta contra os cruzados.

¹² Ver *Scholars and Sultans in the early modern Ottoman Empire* (ATÇIL, A. **Scholars and Sultans in the Early Modern Ottoman Empire**, Cambridge University Press, 2007)

A consequência da interdependência obrigatória em um ambiente anárquico estimula um estado de conflito entre as nações. No que tange estritamente ao aspecto econômico, percebe-se que as nações desenvolvidas têm adquirido vantagens significativas, devido à posição que ocupam no quadro da economia mundial e à influência que exercem sobre os fluxos de mercado. Nesse sentido, as nações desenvolvidas são denominadas como países centrais, enquanto os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento são categorizados como países periféricos e semiperiféricos, respectivamente. (WALLERSTEIN, 1974: 39-54).

No âmbito internacional, o dilema da propriedade em Locke faz sentido se pensarmos na formação dos Estados e a necessidade de consolidação territorial e patrimonial, por exemplo. Porém, se pensarmos em um sistema já formado por Estados soberanos, Hobbes se apresenta como lentes propícias por trazer a questão da sobrevivência tal como reconhecida no Realismo das Relações Internacionais e que é forte marca da política imperial.

Os fóruns internacionais e os tratados, embora apresentem-se como espaço de promoção da igualdade entre países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”, acabam por reforçá-las posto que ainda estão demasiadamente encerrados na lógica de mercado e na associação entre desenvolvimento e mérito que reside no pensamento econômico liberal. Enquanto o centro é o principal detentor das tecnologias, as periferias são tradicionalmente vistas como celeiro das commodities e parque industrial.

A expansão do sistema capitalista se deu no cenário de desigualdade de condição entre os diferentes povos, e os tratados e as organizações internacionais que vemos hoje funcionam como uma espécie de paliativo para essa desigualdade de condições que perpassa a longa-duração (GUNDER FRANK, 1967; WALLERSTEIN, 2004). Por conta disso, compreender as fontes históricas da economia mundial integrada de hoje, com suas dinâmicas internas e externas, tornou-se um dos tópicos mais importantes da história política e econômica.

V. Considerações metodológicas: os problemas nos documentos otomanos nos séculos XVI e XVII e as limitações para os estudos demográficos

Esta seção visa mostrar os inconvenientes dos arquivos otomanos e, portanto, as dificuldades em se fazer generalizações acerca da história econômica e social otomana, segundo os estudos demográficos nos séculos XVI e XVII. Como é enfatizado antes, não se pode negar a coerência entre os desenvolvimentos ocorridos na Europa do século XVI e o desenvolvimento ocorrido no Império Otomano. No entanto, para propor explicações robustas e uma análise coerente, é preciso testar a validade empírica das fontes e sua escolha metodológica. O tipo mais importante de fonte sobre a vida econômica e demográfica no Império Otomano é o registro de impostos ou o *tahrir*¹³.

Existem sérios problemas colocados pelos registros fiscais aos pesquisadores que estudam a história econômica e social do Império. Isso ocorre porque a pesquisa de recursos fiscais foi feita não por questões econômicas, mas por considerações fiscais do Estado. Consequentemente, apenas a informação indireta está disponível a partir desses registros, o que, por sua vez, causa problemas e deficiências em relação às análises econômicas (FAROQHI, 1977: 167). Um exemplo disso é a contabilização dos homens adultos e suas propriedades de terra: os impostos sobre os quais cada homem era responsável não são listados individualmente. Portanto, essa fonte nos diz muito pouco sobre as diferenças entre níveis de riqueza dentro da aldeia, fornecendo apenas a totalidade da arrecadação estatal. Ademais, ainda há diferenças na taxa de impostos cobrados de uma região para outra, o que impede o estabelecimento de comparações adequadas sobre a atividade econômica.

Ao mesmo tempo, a falta de medida padronizada em relação à base tributária, como as variações na extensão da fazenda (*çift*), também causa problemas semelhantes para mensuramos as extensões das propriedades agrícolas e suas capacidades de geração de receita. Os exemplos de deficiências são vários, porém nesta seção vamos focar no problema dentro do âmbito de estudos populacionais pois os estudos sobre os quais nos debruçamos nesta pesquisa apontam o declínio populacional no Império Otomano do século XVII enquanto resultado da expansão populacional e da subsequente crise de subsistência do século XVI.

¹³ *Kanunnames, Mühimme Defterleri, Ahkam Defterleri e Kadı Sicilleri* estão entre os outros tipos de fontes. No entanto, as informações disponíveis nessas fontes relacionadas à vida econômica e demográfica são muito limitadas em relação a *Tahrir*. Para o conteúdo das fontes, ver (FARAGHI, 1977: 161-65).

Aqui, uma questão provável é se o aumento ou a diminuição da população foram ou não realmente severos e relevantes para a economia do Império Otomano. Como os arquivos otomanos foram construídos não para fins estatísticos e sim para uma base de tributação, é necessário ter um conhecimento especializado sobre as leis otomanas específicas a fim de se interpretar os dados demográficos com melhor precisão.

No entanto, o tamanho da família otomana (*hane*) e o significado dos termos que mudam regionalmente acabam sendo alvo de disputas discursivas (INALCIK, 1978: 81-82). Assim sendo, estudos sobre estimativas populacionais e suas implicações relacionadas ao Império Otomano do século XVI também acabam por se apresentar como uma disputa de narrativas. A questão de *hane* (família) é importante, pois representa a unidade tributária baseada no grupo de pessoas nos registros otomanos e é usada como parâmetro para as estimativas populacionais. Isso significa que os pesquisadores devem empregar um coeficiente que representa o número médio de homens adultos em cada *hane* para calcular o total da população tributável (multiplicando o número total de *hane* por esse coeficiente). O cálculo aproximado aconteceria da seguinte forma: $EP = q \times Nf$ ¹⁴.

Essa é uma das desvantagens que causa a superestimação ou a subestimação do contingente populacional. Isso ocorre porque o número de homens adultos tributáveis nesse tipo de *hane* varia de acordo com a região do império, o período, a forma e as circunstâncias em que a população tributável viveu (FAROQHI, 1977: 167-68). Além disso, também seria necessário estimar o número de pessoas excluídas nos registros, como os empregados domésticos, membros permanentes do exército e escravos. Isso significa dizer que a generalização de alguns autores como Barkan (1963, 1970a e 1970b) pode incorrer na superestimação da população, o que não invalida suas proposições teóricas, mas precisa ser considerado de antemão, sobretudo quando o autor aponta para a escassez no mercado interno e a inflação como fatores internos provocados pela demanda europeia por produtos agrícolas.

Inalcik (2000), por exemplo, enfatiza a superestimação no estudo de Barkan¹⁵. Ele também argumenta sobre as dificuldades de encontrar um coeficiente universal, e sobre o fato de que o aumento no número de *hanes* pode sinalizar a melhoria no registro e na contabilização, e não necessariamente um aumento real, conforme Barkan aponta para alguns

¹⁴ Estimativa Populacional (EP) = Número aproximado de Homens Adultos por família (q) x Número de Famílias registradas nos arquivos tributários (Nf).

¹⁵ Ver Inalcik (1978: 75-82). Aqui, deve-se notar que Barkan convencionou o coeficiente (q) como 5 e encontrou a taxa de crescimento da população total (excluindo os Bálcãs) em 60% no período de 1520 a 1580, sugerindo valores entre 30 e 35 milhões na virada do século. No entanto, sua estimativa para o ano de 1520 foi de 12 a 13 milhões. Assim sendo, não está claro como Barkan chega à cifra de 30 a 35 milhões com um crescimento de 60%, mesmo se ele adicionasse a nova conquista no período entre 1520 a 1580.

períodos e regiões. Por sua vez, Erder (1975) examina a estrutura da *hane* aplicando uma metodologia diferente e descobre que os coeficientes, isto é, o número médio de homens por unidades familiares, está confinado a uma faixa relativamente estreita entre 3 e 4 independente da região, o que implicaria uma expansão populacional menos expressiva que a sugerida por Barkan (ERDER, 1975: 284-301).

Da mesma forma, Todorova (1988) enfatiza os problemas similares relacionados ao movimento populacional na Península Balcânica (TODOROVA, 1988: 55-63). O artigo de Todorova enfoca a superestimação e subestimação da população. Ela argumenta que não houve nem um aumento acentuado da população no século XVI, nem uma queda drástica no século XVII, como alguns historiadores apontam. Todorova examina o esquema de McGowan (1981), que mostra o desenvolvimento da população cristã na península balcânica. De acordo com esse esquema, McGowan sugere que houve uma catástrofe demográfica nos Bálcãs no final do século XVII, porque ele emprega 3 como o coeficiente para o período após 1691, em vez de 5, que ele usa para o período pré-1691 (McGOWAN, 1981: 80, 104). Todorova rejeita o uso feito por McGowan de diferentes coeficientes como 5 para o período 1490-1691 e 3 para o período de 1691 a 1831. Ela estima o multiplicador como 3 para todo o período e encontra números mais baixos de expansão populacional para o período de 1490 a 1691¹⁶. Além disso, ela também ressalta os problemas colocados pelas fontes e documentos otomanos já comentados acima.

Assim, o estudo de Todorova (1988) e Erder (1975), bem como as observações de Inalcık (2000), convidam-nos a ter mais cautela ao considerar as conclusões dos estudos que afirmam movimentos drásticos da população nos séculos XVI e XVII e associam isso à crise de todo o Império Otomano. Por outro lado, em estudo sobre a economia camponesa no centro-norte da Anatólia durante o século XVI, Islamoğlu trás ainda mais dúvidas à questão populacional (ISLAMOĞLU 1987b: 112-119).

Uma das questões que o artigo de Islamoğlu aborda é a dificuldade em se determinar as principais causas do aumento populacional nas áreas urbanas durante o século XVI. Ela

¹⁶ O esquema de MC Gowan para mostrar o desenvolvimento da população cristã na Península dos Bálcãs:

1490 - 3 milhões (600.000x5)

1530 - 4 milhões (800.000x5)

1700 - 2 milhões (635.835x3)

Esquema corrigido de Todorova:

1490 - 1,8 milhões (600.000x3)

1530 - 2,4 milhões (800.000x3)

1700 - 1,9 milhão (636.000x3)

O esquema de Todorova demonstra uma população menor no século XVI do que as estimativas de Mc Gowan. Portanto, ela sugere que não houve queda drástica na população no século XVII, como defendido por outros historiadores.

argumenta que havia uma forte instabilidade político-social por conta das guerras, conflitos internos ou crises econômicas, o que provocava inúmeras flutuações no contingente da população urbana durante o século XVI. Essa autora defende a hipótese de que a principal razão para o aumento da população nas áreas urbanas se deu por conta de um movimento migratório interno, e não pelo crescimento natural (ISLAMOĞLU, 1987b: 112).

Além disso, ela aponta a migração involuntária empregada pelo Estado como um meio de se estabelecer a lei e a ordem¹⁷. Ela propõe que o assentamento de nômades incentivados pelo Estado foi a principal razão para o crescimento da população rural (ISLAMOĞLU, 1987b: 114-15).

A sedentarização de nômades ou camponeses, segundo ela, foi uma preocupação primordial para o Estado otomano devido os seguintes fatos: i) inicialmente o Estado protegia a produção camponesa que formava e legitimava a base de sua autoridade política; ii) em um segundo momento, houve mudanças no sistema tributário por causa das dificuldades financeiras. Nesse segundo momento, os nômades foram pensados como uma potencial fonte de renda, e que até então não eram obrigados a pagar a maior parte dos impostos que os camponeses tinham que pagar. Assim, İslamoğlu nos lembra que os documentos demonstram a crescente tendência do Estado em registrar os nômades como *reaya* (contribuintes) e as terras que eles trabalhavam como propriedades camponesas (ISLAMOĞLU, 1987: 16-17).

Em suma, ela enfatiza os diferentes fatores que devem ser levados em conta, além das flutuações naturais na estimativa da população. É preciso salientar também que, segundo ela, não houve crise de subsistência considerável na Anatólia durante o século XVI, pois os camponeses otomanos estavam cientes de certas técnicas de utilização intensiva da terra, o que significa que eles poderiam ter aumentado a produção até certo ponto em resposta ao aumento da população. Portanto, ela dá exemplos da introdução de leguminosas e atividades relacionadas à irrigação como indicadores da tentativa camponesa de fertilização do solo (ISLAMOĞLU, 1987b: 117-20). Além disso, ela aponta a substituição de culturas alimentares como frutas e legumes, em detrimento ao trigo e cevada, quando há deficiência na colheita. Ela conclui, por fim, que não houve grave crise de subsistência durante este período, como alguns historiadores apontam.

O volume de pesquisas sobre os movimentos demográficos relativos ao Império Otomano dos séculos XV e XVI possibilita, contudo, algum movimento de síntese

¹⁷ Ver İslamoğlu (1987b: 113). Aqui, deve-se notar que ela chega a essas conclusões a partir de dados fragmentados e variados, pois não há registros de migração em nenhuma fonte e documento otomano. Para obter informações detalhadas sobre como İslamoğlu interpreta esses dados, produzindo tabelas que suportam as conclusões acima. Ver, İslamoğlu (1987: 113, 137-140).

relacionadas ao assunto. Em primeiro lugar, deve-se notar que há uma correlação direta entre a força do poder do Estado central e a suficiência/ disponibilidade de documentos apropriados relacionados à história fiscal otomana. Em outras palavras, o material presente nos arquivos otomanos são resultado de uma função direta desempenhada sob a autoridade e competência da administração central. Isso explica o fato dos materiais otomanos relacionados à segunda metade do século XV e a todo o século XVI serem comparativamente os mais robustos. Por outro lado, os documentos pertencentes aos séculos XVII e XVIII - o período de gradual aumento na descentralização - são menos encorpados e os dados desses documentos indicam que eles não eram coletados com regularidade (FARAGHI, 1979: 149-53, GENÇ, 1987: 346-50 e TODOROVA, 1988: 58-50). Isto, por sua vez, dificulta sobremaneira a investigação no modo pelo qual as relações políticas e econômicas do Império Otomano se estabelecem com as nações da Europa Ocidental no período do século XV ao XIX.

Se a dependência do Império Otomano para com essas nações do Ocidente se consolidou no século XVI, como alguns historiadores apontam, então, deve-se acompanhar o impacto da dependência, pelo menos na economia otomana, para os séculos XVII e XVIII. Isso, entretanto, parece ser difícil neste estágio da pesquisa, ainda que não seja totalmente impossível¹⁸.

Como será tratado adiante, tendências semelhantes ao crescimento e decréscimo populacional e a conseqüente crise demográfica em toda a área do Mediterrâneo são um dos principais argumentos levantados pelos historiadores que afirmam ser os séculos XVI e XVII o início da dependência do Império Otomano para com as nações centrais do Ocidente. No entanto, as conclusões dos estudos resumidos acima propõem que nem o aumento nem a diminuição da população nos séculos XVI e XVII, respectivamente, foram tão drásticos quanto sugeridos. O que pode sugerir a necessidade de outros caminhos metodológicos para pensarmos a inserção e participação do Império Otomano no sistema capitalista mundial. Assim, os argumentos de alguns historiadores otomanos que, influenciados pela obra de Fernand Braudel (1949; 1958), concedem demasiada importância ao fator demográfico para explicar a transformação da formação social e econômica do Império Otomano devem ser reavaliados.

¹⁸ O aumento de estudos sobre fontes européias dá uma idéia sobre as tendências em algumas variáveis econômicas, como o comércio otomano com a Europa, por exemplo. Essas tendências serão discutidas na próxima seção.

Desse ponto de vista, embora o objetivo deste estudo não seja estabelecer um modelo original referente a essa transformação, pode-se propor que a dinâmica interna, especialmente a autoridade e a competência do Estado central, tenha um papel de destaque nessa transformação. Desse modo, podemos considerar a dependência e a periferização, mas também apontar o papel agente das diligências otomanas na estruturação capitalista, e não como liderança fragilizada de um Estado que foi passivamente incorporado. Por exemplo, como é demonstrado em Islamoğlu (1987), tanto as considerações de receita, quanto o desejo do Estado central em proteger a produção camponesa foram muito eficazes para determinar os movimentos demográficos no Império Otomano, e não apenas os fatores externos advindos das relações com a Europa em industrialização.

VI. A Questão do *Agente Motor*, considerações epistemológicas

De fato, como veremos nesta pesquisa, outra conclusão importante dos historiadores otomanos influenciados pela Escola dos Annales é a de que os fatores econômicos externos (particularmente o comércio internacional) deveriam ser os principais impulsionadores na transformação social otomana. Em outras palavras, podemos observar um certo determinismo econômico nos modelos desenvolvidos por esses historiadores, bem como na teoria do sistema-mundo de Wallerstein.

É verdade que não se pode subestimar o papel determinante dos fatores econômicos externos na dissolução, bem como a transformação da formação social otomana. No entanto, precisamos também trazer importante ressalva sobre o ponto de vista que acaba por recair no unilateralismo e economicismo. Estudos relativos à economia otomana dos séculos XVII e XVIII apontam a autonomia do desenvolvimento econômico otomano, bem como a importância dos fatores não econômicos internos nessa transformação.

Se considerarmos a crescente diferença econômica entre a Europa Ocidental e o Império Otomano no século XIX logo após a Revolução Industrial, pode-se sugerir que a periferização e o subdesenvolvimento do Império Otomano no século XIX foram principalmente produto dos fatores internos não-econômicos, tais como parentesco, lei, religião e conflitos de classe que afetaram a política do Estado após o século XVI. Essa proposição será discutida nos capítulos 3 e 4 desta pesquisa.

Desse modo, frente às limitações metodológicas no tocante aos estudos demográficos e ao determinismo epistemológico presente nas abordagens inspiradas tanto pela teoria do

sistema-mundo, quanto pelos Annales, este trabalho discute a importância de fatores não econômicos que devem ser levados em conta para explicar o caminho de desenvolvimento específico do Império e sua inserção no modo de produção capitalista.

Em outras palavras, as perspectivas do sistema-mundo e dos historiadores influenciados pela Escola dos Annales serão avaliadas no tocante às suas principais contribuições, mas também considerando suas limitações e o que elas informam sobre o tema aqui estudado. Em termos práticos, reproduzo o movimento de avaliação das mudanças no comércio internacional enquanto agente motor no desenvolvimento econômicos, bem como mudanças políticas e sociais nas periferias, contudo, não realizo uma escolha entre agente motor interno ou externo, considerando ambas as dimensões de igual importância, o que pode minar o potencial de atribuir uma causa para a inserção otomana no sistema capitalista, seguida de seu desenvolvimento e sua crise, mas pode contribuir com a proposição de pontos nodais que expressam a complexidade da economia capitalista e seu processo de expansão global.

VII. Estrutura de capítulos

Esta pesquisa está organizada em quatro capítulos dedicados à compreensão da integração da economia otomana ao sistema mundial capitalista. No **Capítulo 1**, dividindo a estrutura conceitual em dois grupos maiores, apresento o debate sobre a transição e o debate Brenner para observarmos dois panos de fundo possíveis para o estudo do impacto dos agentes motores nas transformações sociais envolvidas na inserção do Império Otomano no capitalismo mundial. Os historiadores otomanos influenciados pela Escola dos Annales e seus argumentos serão estudados no **Capítulo 2**, a fim de compreender os principais fatores internos e externos e as distintas abordagens para pensarmos a inserção e outros fatores como a crise do sistema social e econômico otomano e seu suposto processo de desindustrialização. Desse modo, trago os argumentos relacionados à estrutura do comércio otomano e sua relação com a Europa Ocidental serão reavaliados a fim de trazer luz ao papel da indústria têxtil na economia otomana em um período de média e longa duração (BRAUDEL, 1949, 1958).

O **Capítulo 3** analisa a industrialização otomana e as grandes fazendas (debate *çiftlik*) nos séculos XVII e XVIII a fim de sintetizar as abordagens teóricas trabalhadas até aqui e compreender a integração da economia otomana ao sistema mundial capitalista enquanto produto de elementos internos e externos. O **Capítulo 4** é uma espécie de apêndice que busca

apresentar previamente o que se considera fatores não-econômicos relevantes no processo de integração, basicamente, a política de Estado centralizadora e a resistência à ciência e tecnologia ocidental, atuando como uma força contrária à integração e, de certo modo, ditando a natureza dela e marcando o lugar da economia otomana enquanto periférico.

O terceiro e o quarto capítulo pavimentam o caminho para as **Considerações Finais** às quais este estudo chega, que é a compreensão da economia otomana como uma variável atuante na própria estruturação do capitalismo mundial, ao passo que também enfrentava constantemente forças centrípetas que deslocavam o Império Otomano para as margens do capitalismo mundial. Este processo, conforme veremos, desacelerou seu crescimento industrial em função da produção do que hoje seria chamado de *commodity*. Desse modo, a inserção foi fonte de lucro para os proprietários de terra e a elite otomana, o que provocou crises internas, como inflação e desestruturou as políticas de bem-estar social que vigoravam através do sistema *imaret*. Essa inserção, portanto, tanto fortaleceu como desestruturou o Império Otomano, e, portanto é parte fundamental da fundação da República da Turquia.

Capítulo 1

OS DEBATES SOBRE A TRANSIÇÃO E O DEBATE BRENNER

Nesta parte do estudo, serão explicados os debates sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, particularmente em conexão com os problemas de transformação do Império Otomano. É geralmente admitido que o período compreendido entre os séculos XIV ao XVIII é crucial para a história econômica mundial, no sentido de que a estrutura econômica e política do mundo foi nele radicalmente transformada. A natureza exata dessas mudanças e seu contexto, bem como a periodização, são questões de divergência entre os acadêmicos. As tentativas de compreender a natureza desta transição e sua dinâmica deram origem a estudos estimulantes que, por sua vez, colocam contra-argumentos em pauta.

Por conta disso, há dois episódios famosos entre os historiadores econômicos. A primeira série de debates, que é conhecida como transição do feudalismo para o capitalismo ou debates de "transição", originalmente publicados pela *Science and Society* no início dos anos 50, começou após a publicação do famoso livro de Dobb, *Studies in the Development of Capitalism* (DOBB, [1947] 1978). O segundo, denominado *Brenner Debate*, originalmente publicado em *Past and Present* nas décadas de 1970 e 1980, pode ser aceito como continuação do primeiro debate de transição, embora o foco dos assuntos discutidos seja diferente, conforme veremos adiante.

Há vários temas discutidos, mas a questão fundamental que os define é a investigação sobre quais fatores (econômicos externos ou não econômicos internos) foram significativamente efetivos na dissolução e transformação das sociedades feudais. Assim, tais debates fornecem um quadro teórico para estudar a dinâmica de desenvolvimento em diferentes sociedades. Portanto, vamos resumir os argumentos básicos para empregar alguns deles na análise da economia otomana.

I. O debate de transição

No prefácio de *Studies in the Development of Capitalism*, Dobb alerta para a dificuldade de se fazer um estudo histórico sobre o início do sistema capitalista, posto que não há um início claro, logo, tentar retrair o início do sistema capitalista é uma empreitada sem fim em função da complexidade dos processos econômicos (DOBB, [1947] 1978a: i-ii). Ademais, ele traz como a tradição marxista russa foi crucial para uma percepção do feudalismo de forma mais estritamente econômica e menos jurídica ou burocrática (DOBB,

[1947] 1978a: 32). Dobb propõe pensarmos o feudalismo como um modo de produção do sistema capitalista, anterior ao desenvolvimento urbano e ao advento da industrialização, desse modo, o feudalismo seria um sistema de servidão, no qual um vassalo presta serviços, atende à demanda por produtos e paga taxas ao soberano, dono das terras (DOBB, [1947]1978a: 35).

Dobb aponta que nos séculos XIII e XIV, o crescimento populacional na Europa começou a afetar os meios de produção ([1947] 1978a:61), o que colocou o sistema em crise e levou de forma oscilatória ao pagamento tributos via monetária, e a mão de obra disponível se mostrou insuficiente para suprir as demandas internas dos feudos, mais especificamente dos produtos agrícolas (([1947] 1978a: 62-63). O autor atenta, ainda, que a crise do feudalismo não indica uma forma pré-capitalista menos brutal, mas uma espécie de limbo que oscila entre a monetarização e a servidão, tanto na Europa quanto na Rússia. Esse modo de produção foi chamado de "petty", no qual as relações feudais foram se enfraquecendo, e em que pode-se observar o início de um sistema pré-capitalista que permitia a acumulação de capital (([1947] 1978a: 19).

Após a publicação de Dobb ([1947] 1978a), surgiu um debate entre historiadores econômicos marxistas na revista *Science and Society* na década de 1950¹⁹. O trabalho de Dobb emprega ferramentas da teoria marxista, analisa o declínio do feudalismo, do mercantilismo, da revolução industrial e de alguns tópicos no desenvolvimento do capitalismo até a II Guerra Mundial. Esse trabalho iniciou um debate teórico sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, que era um emaranhado temático, uma vez que a teoria marxista ainda não havia resolvido seus próprios problemas epistemológicos.

Em primeiro lugar, Sweezy criticou o trabalho de Dobb em vários aspectos. Dentro do contexto do problema geral, algumas questões particulares foram discutidas: (i) o impacto do agente motor na dissolução e transformação das formações sociais; (ii) o caráter da revolução inglesa; (iii) os caminhos alternativos para o surgimento da produção capitalista e (iv) a origem das cidades. Aqui, nosso objetivo não é revisar todas as questões discutidas, mas sim analisar o conceito de agente motor e sua conexão com os estudos otomanos.

O primeiro capítulo do livro de Dobb é sobre o capitalismo. Nele, são resumidos os pontos básicos de abordagem teórica sobre o desenvolvimento capitalista. São criticadas as definições do capitalismo, principalmente, a concepção de capitalismo de Sombart como basicamente um sistema comercial (DOBB, [1947]1978a: 5-7). Segundo seu argumento, se

¹⁹ Uma segunda série de debates sobre o problema da transição ocorreu entre 1984 e 1987, aparecendo principalmente na *Science and Society*. Entretanto, o conteúdo das principais controvérsias não mudou.

percebe que as transações de dinheiro e produção para um mercado eram muito mais comuns nos tempos medievais e até mesmo na Grécia e Roma clássicas. Desse modo, ambas devem ser consideradas como sociedades capitalistas. Junto a isso, deve-se concluir que qualquer busca pelas origens do sistema é inútil e o capitalismo deve ter existido durante a maior parte da história.

Nesse sentido, é necessário descrever as distintas instituições econômicas surgidas nos séculos recentes. Nesse ponto, Dobb emprega a definição original dada por Marx, que buscou a essência do capitalismo em um modo particular de produção, em vez do espírito capitalista e do comércio. Por “modo de produção” não se refere apenas ao estado de forças produtivas, mas à maneira como os meios de produção tornaram-se propriedade e como as relações sociais entre os indivíduos dentro do processo de produção foram estabelecidos.

Nas próprias palavras de Dobb, "*Capitalism was not simply a system of production for the market - a system of commodity production as Marx termed it - but a system under which labor power had itself become a commodity and was bought and sold on the market like any other object of exchange*" (DOBB, [1947]1978a: 7). A partir dessa perspectiva, podemos depreender que uma característica essencial do modo de produção capitalista é a divisão da sociedade em classes de assalariados sem propriedade e empreendedores que possuem capital²⁰. Dobb definiu o capitalismo empregando a terminologia marxista para rejeitar as abordagens que igualam o capitalismo ao crescimento do comércio.

No segundo capítulo de seu livro sobre o declínio do feudalismo, ele explica brevemente a conhecida história do efeito disruptivo do crescimento do comércio em sociedades feudais mais ou menos estáveis²¹. Então, Dobb levanta algumas questões sobre a adequação de tal interpretação. De acordo com o próprio argumento de Dobb, se os efeitos destrutivos do comércio no modo de produção feudal são primordialmente importantes, pode-se naturalmente esperar que a desintegração do feudalismo tenha ocorrido mais cedo em áreas que estavam diretamente nas rotas comerciais e não em áreas periféricas das grandes rotas comerciais. Ele continua argumentando que a realidade histórica não prova isso. Assim, nas regiões mais atrasadas do norte e do oeste da Inglaterra, percebe-se que servidão foi extinta mais cedo do que no sudeste, mais avançado.

²⁰ Um problema em identificar o capitalismo com o trabalho assalariado obscurece a presença de formas de trabalho não salariais que não são condizentes com sistema capitalista, tanto que estiveram presentes na sua formação, tal como o trabalho familiar não assalariado, (DUZGUN, 2019: 266).

²¹ O papel principal do comércio na dissolução das sociedades feudais foi formulado primeiramente por Pirenne (1936).

É válido destacar, também, que a segunda servidão na Europa Oriental coincidiu com um período de expansão comercial (DOBB, 1978a: 35-45). Aqui, Dobb enfatiza as diferenças qualitativas e quantitativas do comércio em sociedades pré-capitalistas e capitalistas. Nesse sentido, as commodities de luxo constituíam a maior parte do comércio pré-capitalista, servindo ao pacote de consumo das classes altas. Em outras palavras, pode-se afirmar que a influência da esfera do comércio no modo dominante de produção era muito limitada.

Por outro lado, a crescente variação no tipo de mercadorias e o aumento do consumo, tanto pelas classes altas quanto pelas baixas da sociedade como resultado da produção em massa e do desenvolvimento de tecnologias de transporte são algumas das características do capitalismo pós-revolução industrial.

Consequentemente, a esfera do comércio capitalista poderia influenciar a esfera de produção. Desse modo, Dobb aponta as diferenças entre o poder da esfera do comércio e o da esfera da produção nas sociedades pré-capitalistas e capitalistas. Isso significa que a esfera do comércio pré-capitalista não poderia ter transformado as sociedades feudais (DOBB, 1978a: 26-27). Portanto, Dobb conclui que o crescimento e a dissolução do feudalismo devem ter surgido como resultado de elementos que operam dentro dele²².

Nas palavras de Dobb, "*it was the inefficiency of feudalism as a system of production, coupled with the growing needs of the ruling class for revenue, that was primarily responsible for its decline*" (DOBB, [1947]1978a: 42). Ele observa que a necessidade de receita adicional aumentou a pressão sobre os produtores diretos, o que, por fim, se tornou insustentável. Isso resultou na fuga de servos da terra, que, por sua vez, alimentaram as cidades com imigrantes. A existência de cidades com camponeses livres desempenhou um papel primordial no crescimento das mesmas e também no declínio do sistema feudal.

De fato, o problema mais controverso no debate entre Dobb e Sweezy diz respeito à validade do argumento de Pirenne sobre o papel desempenhado pelo comércio no crescimento e na dissolução do feudalismo. Os argumentos adotados por Sweezy em sua crítica ao estudo de Dobb estão próximos da tese de Pirenne (SWEEZY, 1978: 41). Sweezy argumenta que "*feudalism is a system with a bias in favour of maintaining given methods and relations of production*", de modo que a dissolução do sistema deveria ser externa a ele (SWEEZY, 1978: 36). Assim, Sweezy criticou a interpretação de Dobb sobre o declínio do feudalismo em vários aspectos.

²² Aqui, Dobb se refere às próprias conclusões de Marx de que "what new mode of production will take the place of the old does not depend on commerce, but on the character of the old mode of production itself" (HILTON, 1978:148).

Sweezy afirma que a reconstrução histórica da dinâmica interna do feudalismo elaborada por Dobb não é convincente. Dobb não conseguiria explicar por que a crescente necessidade de receita por parte das classes dominantes feudais e a fuga de servos da terra deveriam ser consideradas como consequências naturais do modo de produção feudal. Em contrapartida, Sweezy admite a relevância das observações de Dobb sobre o desenvolvimento paradoxal de cidades impactadas pelo comércio. Esse é o progresso do comércio, que foi acompanhado por uma intensificação em vez de um relaxamento dos laços da servidão em algumas regiões da Europa Ocidental. No entanto, ele observa que *"these temporary and partial reversals of trend should not be allowed to obscure the overall picture which is one of the steady replacement of demesne farming using serf labor by tenant farming using either independent peasant labor or hired labor"* (SWEEZY, 1978: 44).

Dobb, em sua resposta às críticas de Sweezy, enfatiza que o resultado real deve ser tratado como resultado de uma interação complexa entre o impacto externo do mercado e esses conflitos internos que exercem uma influência decisiva (DOBB, 1978b: 60). Ele também considera as alegações de Sweezy sobre os desenvolvimentos paradoxais das cidades insatisfatórias e resume suas próprias opiniões mais uma vez. E, finalmente, comenta que *"to say so (i.e. that feudalism has no tendency within it to change) would be an exception to the general Marxist law of development that economic societies are moved by their own contradictions"* (DOBB, 1978b: 59).

Argumentos metodologicamente semelhantes, desenvolvidos por Dobb, também foram formulados por Hilton. Ele se refere principalmente a Marx na formulação da dialética interna das sociedades feudais para se mover. Segundo ele, a lei fundamental que regia esse modelo de sociedade era a tendência da classe exploradora em realizar o excedente máximo do trabalho dos produtores diretos, o que, por sua vez, entra em conflito com as exigências do desenvolvimento social e resulta em produtores diretos que desenvolvem uma resistência à pressão dos exploradores pela transferência do excedente (HILTON, 1978: 115-118). Aqui, é evidente que a maximização da mais-valia ou lucro é o fator chave para explicar o desenvolvimento das sociedades.

O número de historiadores que participaram do debate é certamente significativo²³. Enquanto alguns dos historiadores restantes, como, por exemplo, Takahashi, Hill, Lefebvre, Procacci, Hobsbawm e Merrington fizeram contribuições para o debate, outros fizeram apenas comentários (HILTON, 1978: 1-3). No entanto, as contribuições não estavam

²³ K. Takahashi, C.Hill, G. Lefebvre, G.Procacci, J. Merrington, E. Hobsbawm estão entre os outros nomes que participaram do debate, com suas contribuições ou comentários.

diretamente relacionadas à questão do agente motor, mas a outros problemas levantados durante o debate. Além disso, os comentários não trazem novas explicações sobre o papel dos fatores internos ou externos. Portanto, apenas os argumentos originais relacionados ao conceito de agente motor foram resumidos nesta seção.

II. Brenner Debate

O estimulante artigo de Robert Brenner, "*Agrarian class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe*", publicado em *Past and Present* (1976), iniciou um debate sobre as causas das transições entre diferentes formações sociais. Ele pode ser considerado uma continuação do debate de transição original, devido à considerável sobreposição do assunto, resumida na seção anterior. A principal diferença entre eles reside no fato de que, embora o debate inicial sobre a transição tenha sido conduzido entre os marxistas, o último também cobria as contribuições dos pensadores não-marxistas.

Brenner, em seu artigo, ataca a construção de modelos econômicos relacionados às mudanças econômicas de longo prazo no final da Europa medieval e no início da Europa moderna, com base em forças objetivas — como Brenner denominou, em particular as flutuações demográficas e o crescimento do comércio e dos mercados. É uma história familiar de como os modelos funcionam. Um impacto inicial da expansão populacional ou crescimento do comércio provoca desequilíbrios na ordem interna do sistema e, finalmente, resulta na dissolução do mesmo. Brenner chama o determinismo demográfico de neomalthusianismo e o determinismo econômico desenvolvido por meio do comércio de marxismo neo-smithiano²⁴.

Ele argumenta que ambos estão sujeitos a problemas análogos, no sentido de que um mecanismo de oferta e demanda de mercado é geralmente considerado como fornecedor das bases elementares teóricas. Ele refuta a hipótese, demonstrando as mesmas tendências demográficas ou econômicas (crescimento do comércio) em aproximadamente os mesmos períodos, acompanhadas por tendências opostas na transformação de formações sociais em diferentes regiões da Europa.

²⁴ M. Postan, J. Hatcher e E.L. Ladurie são os nomes mais importantes que Brenner designou como neomalthusianos. Ladurie é membro da Escola dos Annales. Portanto, a crítica de Brenner não pertence apenas a esses historiadores, mas também à Escola dos Annales. Embora haja uma crítica ao modelo comercial em Brenner (1974), sua pesada crítica teórica do modelo comercial surgiu no artigo "The Origins of Capitalist Development: A Critique of Neo-Smithian Marxism", publicado em *New Left Review* (1977). Neste artigo, Brenner afirma que, como Adam Smith, Paul Sweezy e Immanuel Wallerstein implicitamente ou explicitamente equiparam o capitalismo com uma divisão do trabalho baseada no comércio. Portanto, ele os chama de "marxistas neo-smithianos".

Seu argumento é de que, enquanto houve uma mudança na Inglaterra, favorável aos senhores contra os camponeses, houve justamente uma mudança inversa favorável aos camponeses contra os senhores durante o aumento populacional dos séculos XII e XIII sob as mesmas condições. Ele também observa que houve uma mudança oposta na evolução das sociedades no Ocidente e no Leste da Europa durante a crise populacional do final do período medieval (BRENNER, 1987: 220-23).

Então, Brenner tenta penetrar na essência do problema e chega à conclusão de que é a estrutura das relações de classe que determina a maneira e o grau em que as mudanças demográficas e comerciais afetam as tendências de longo prazo do crescimento econômico. Ele aponta que:

"Different class structures, specifically property relations or surplus extraction relations once established tend to impose rather strict limits and possibilities, indeed rather specific long term patterns, on societies economic development. At the same time...class structures tend to be highly resilient in relation to the impact of economic forces; as a rule, they are not shaped by or alterable in terms of changes in demographic or commercial trends"(BRENNER, 1987: 11).

A fim de compreender os desenvolvimentos econômicos de longo prazo, analisarei as estruturas de classe e as relações de extração excedentes que também são fatores-chave na transição do feudalismo para o capitalismo. Esta conclusão de Brenner tem implicações importantes para entender a formação da condição de subdesenvolvimento em alguns países desde o século XVI. Ele rejeita a visão de que o atraso econômico na Europa Oriental pode ser considerado economicamente determinado, resultado da dependência do comércio de produtos primários para o Ocidente. Em vez disso, ele tenta mostrar o caminho do desenvolvimento dos países orientais, colocando a luta de classes no centro da análise.

As primeiras respostas ao artigo de Brenner vieram dos historiadores que ele chamou de neomalthusianos: Postan, Hatcher e Ladurie. Eles alegaram que existem deficiências e equívocos no artigo de Brenner. Além disso, enfatizaram o papel primordial dos fatores demográficos em relação aos desenvolvimentos histórico e fizeram, ainda, uma pergunta: *"Does Brenner mean that no causal factor can be proved true unless it can be shown to produce identical results in totally different circumstances"* (POSTAN; HATCHER, 1987: 66).

Brenner responde à questão com uma pergunta semelhante: *"Do Postan and Hatcher really wish to argue that historical explanations can be counted adequate when the factor*

imputed to be cause (demographic increase / decline) can be shown to produce the opposite effects in very similar conditions". (BRENNER, 1987: 220).

Neste ponto, é evidente que existem diferenças importantes entre neomalthusianos e Brenner quanto à metodologia e à interpretação de fatos históricos. Por outro lado, Guy Bois critica Brenner, não por seus ataques ao modelo neomalthusiano ou pelo fato de seu modelo enfatizar o papel decisivo da luta de classes na evolução de longo prazo das sociedades, mas quanto ao seu raciocínio e orientação metodológica. Bois afirma que o estudo de Brenner é um exemplo característico no qual "*ideology triumphs over scientific rationalism*", desde que ele coincida com um princípio fundamental do materialismo histórico: o papel condutor da luta de classes (BOIS, 1987: 108). No entanto, Brenner rejeita os comentários de Bois, afirmando que este também sofre de uma dificuldade semelhante: uma falha em levar em conta os caminhos de desenvolvimento específicos das sociedades.

Outra reação veio de Croot e Parker. Eles questionaram a percepção de Brenner sobre as estruturas e desenvolvimentos agrários no início da França e da Inglaterra modernas, apesar de concordarem com o papel decisivo da luta de classes (PARKER; CROOT, 1987: 80). Houve algumas outras contribuições para o debate, mas as principais controvérsias e a estrutura conceitual permaneceram as mesmas. Assim, há dois pontos importantes que derivam dos debates de Transição e de Brenner para se estenderem à análise da economia otomana dos séculos XVII e XVIII.

Em primeiro lugar, pode-se sugerir que não houve contra-argumentos satisfatórios à proposição de que as mesmas tendências demográficas ou econômicas, aproximadamente no mesmo período, acompanharam tendências opostas a transformação de formações sociais em diferentes regiões da Europa. De fato, acreditamos que a diferenciação nos caminhos de desenvolvimento que percebemos sob o impacto de condições externas semelhantes é um indicador importante, que implica o papel potencial dos fatores não econômicos internos na dissolução e transformação das sociedades.

Conectado a isso, depois de mostrar a autonomia relativa no desenvolvimento da economia otomana no próximo capítulo, vamos ressaltar a importância de fatores internos não econômicos (que são negligenciados nos estudos otomanos influenciados pela Escola dos Annales) para explicar a específica transformação da formação social otomana.

Neste ponto, deve-se notar mais uma vez que este estudo não refuta o papel dos fatores econômicos externos, mas critica o determinismo econômico ou abordagens unilaterais. É obviamente difícil responder à questão de saber se os fatores externos ou internos foram principalmente eficazes na dissolução da formação social tradicional otomana

no século XVI. No entanto, argumentamos que também é difícil falar sobre o papel primordial de fatores externos na transformação da formação social otomana pós-século XVI, como afirmam certos historiadores.

O segundo ponto derivado dos debates são os argumentos relacionados às características do comércio pré-capitalista. Como justamente enfatizado por Dobb, tanto a tecnologia primitiva de transporte quanto às características das mercadorias sujeitas ao comércio (principalmente bens de luxo) estavam impedindo que o poder do comércio pré-capitalista influenciasse a esfera de produção. Portanto, se pudermos mostrar que o comércio otomano com países da Europa Ocidental exibe características pré-capitalistas nos séculos XVII e XVIII, então não se pode falar sobre uma dominação dos países da Europa Ocidental sobre a economia otomana.

III. O caso Otomano

À medida que a horda mongol recuava para a Ásia Interior, o vácuo geopolítico na Anatólia foi preenchido pelo Império Otomano. Nesse sentido, Osmã I, personificou a autoridade soberana com a fundação do que logo foi chamado de Império Otomano no final do século XIII e início do século XIV. Osmã I criou uma estrutura econômica local para financiar seu exército na luta contra os cruzados. Começando como uma pequena "tribo de 400 tendas" 77 na fronteira de Bizâncio em século XIII, cresceu através do seu exército, conquistou uma área que se estendia da Anatólia ao mar Negro e Mediterrâneo, ocupando a região da Criméia e Belgrado. Para a Europa, isso abriu o caminho para a chamada "Pax Ottomana" que viabilizou o renascimento do comércio europeu e conexões com o Oriente. O crescimento foi tão notório que, conforme defende Inalcik (2000), entre meados do século XV e XVI, as principais questões políticas e econômicas envolviam diretamente o Império Otomano (INALCIK, QUATAERET, 1994: 30). Essa relação, contudo, era atravessada pelas hostilidades entre o sultanato e o mundo cristão, sobretudo após a conquista de Constantinopla em 1453 (INALCIK, QUATAERET, 1994)

No mapa abaixo, podemos ver a extensão que o Império Otomano tomou até seu crescimento máximo no século XVII, que condiz com o momento posterior à inserção na economia mundial dos séculos anteriores.



Fonte: Encyclopedia Britannica, Inc.²⁵

As tentativas otomanas de construção do Império reduziram a ameaça imperial dos Habsburgos, dando aos estados do noroeste da Europa o espaço geopolítico no qual os desenvolvimentos modernos poderiam ocorrer. Nesse processo, os otomanos facilitaram o desenvolvimento do capitalismo agrário inglês²⁶ e trouxeram uma mudança estrutural para o comércio atlântico e o domínio do noroeste europeu. Com sua própria abordagem marxista, Brenner reduz especialmente as origens do capitalismo a processos que ocorreram exclusivamente no campo inglês. A principal consequência desse isolamento é o apagamento dos fatores advindos de fora da Europa, tal como o papel do Império Otomano não só como potência que buscava se inserir no capitalismo mundial, mas como parte integrante da própria formação da economia capitalista.

Tanto a teoria da integração, quanto a perspectiva de Brenner, concebem o surgimento das relações sociais capitalistas nas contradições internas das sociedades feudais europeias. Por outro lado, Sweezy e Wallerstein veem o capitalismo como tendo se desenvolvido a

²⁵ In.: <https://www.britannica.com/place/Ottoman-Empire> (último acesso em 04/10/2020)

²⁶ Em função do isolamento do Reino Unido das questões e conflitos continentais do século XV (WALLERSTEIN, 1979: 390).

partir do crescimento dos mercados e do comércio na Europa ao longo do século XVI (1450-1650). Essa diferença é menos sutil do que parece, pois o que está em debate é se o agente motor da transição para o capitalismo se deu pela intensificação das trocas comerciais ou pela formação de conflitos de classe.

Segundo Wallerstein (1974; 1979), o capitalismo existe desde o século XVI e está dividido em três regiões: o centro, o semi-periferia e a periferia. O centro é o poder dominante do sistema capitalista e explora os excedentes econômicos da semi-periferia e da periferia. Nessa leitura wallersteiniana, a estrutura socioeconômica na semiperiferia é determinada pelas oportunidades do mercado mundial e pelas oportunidades de produção tecnológica. A estrutura e as políticas do Estado são do interesse dos poderes soberanos. Wallerstein diz que a única maneira de se livrar dessa situação é parar as relações com o centro. Nesse sentido, podemos dizer que o Império Otomano se inseria na economia capitalista mundial ao passo que também se consolidava enquanto periferia, ou semiperiferia. O grande volume de tratados no século XIX, portanto, podem ser compreendidos como movimento das potências hegemônicas e manter a ordem e controlar o desenvolvimento da economia otomana (KASABA, 1988; PAMUK, 1984).

A consequência da interdependência obrigatória que se nota com a complexificação das relações econômicas no ambiente anárquico que é o Sistema Internacional, gera conflitos das mais diversas naturezas entre as unidades políticas. No que tange estritamente o aspecto econômico, percebe-se que as sociedades consideradas mais desenvolvidas têm adquirido vantagens significativas, devido à posição que ocupam no quadro da economia mundial e à influência que exercem sobre os fluxos de mercado. Esse sistema gere as relações entre centro-periferia e semiperiferia. (WALLERSTEIN, 1974: 39-54).

Dessa forma, tanto o determinismo de Wallerstein, quanto o debate sobre a transição para o capitalismo e o debate Brenner, embora sejam propostas teóricas que nos permitam estudar e compreender a formação do capitalismo e seus principais desdobramentos, ambas as abordagens podem incorrer no engessamento o papel das periferias e semiperiferias, portanto, é importante que compreendamos os distintos processos de inserção na economia capitalista mundial, que não só resultaram da formação desse sistema, como também atuaram de forma relacional e também são parte da formação do capitalismo: a origem do capitalismo foi descentralizada, embora houvessem forças buscando monopólios.

Com as teorias vistas até aqui, percebemos como há uma divergência quando se trata do marco da inserção do Império Otomano no capitalismo mundial. A distinção está, contudo, na ênfase que se dá i) à expansão do Império Otomano (sobretudo no século XVI)

ou ii) sua crise que levou à fundação da Turquia republicana. Contudo, como bem aponta Duzun (2019: 268), a intensificação das relações comerciais com a Europa capitalista é o parâmetro marcador da inserção. Em outras palavras: "Supõe-se que o capitalismo, embora em uma forma periférica ou subdesenvolvida, tenha se desenvolvido meramente em virtude dos laços comerciais que ligam o Império ao sistema mundial capitalista."(Ibid.)

Embora uma leitura wallersteiniana ou pela teoria da dependência sejam importantes para fundamentar a conexão entre o surgimento de grandes fazendas comerciais e o surgimento do capitalismo, o olhar para as “commodities insignificantes”, que transformou o produtor de subsistência em um pequeno produtor de commodity no século XIX. Como argumenta Duzun (2019), "esses pequenos produtores de commodities, em vez de uma elite fundiária com orientação comercial, tornaram-se o principal catalisador da ascensão do capitalismo no final do Império Otomano e no início da Turquia republicana."(DUZUN, 2019: 268). Essa formação de modos de produção alternativos está relacionada com a dominância do capital mercantil que preferiu expandir sua área de atuação dentro das relações sociais existentes e as preocupações redistributivas pré-capitalistas (KEYDER apud DUZUN, 2019; KEYDER, ISLAMOGLU, 1987). Em suma, nenhuma mercantilização contínua, sistemática e regular da subsistência ocorreu no campo otomano. Nem as famílias agrícolas nem as grandes propriedades tornaram-se empresas “cujas relações com os estrangeiros assumem progressivamente as formas de compra, venda e competição” (FRIEDMANN apud DUZUN, 2019).

Especificidades como essa e o debate sobre o agente motor podem ser compreendidas à luz da História Social e Econômica, tal como propõe a Escola dos Annales e o crescimento desta vertente na própria academia turca, tal como veremos no próximo capítulo.

Capítulo 2

ANÁLISE DOS ARGUMENTOS HISTÓRICOS INFLUENCIADOS PELA ESCOLA DOS ANNALES

Considerando o que foi apresentado até aqui e considerando a principal vertente historiográfica e as mais recentes pesquisas no campo, este capítulo versa sobre uma questão central: houve ou não uma mudança estrutural na economia otomana que sinaliza para a sua dependência ao centro do sistema capitalista mundial?

Alguns historiadores influenciados pela Escola dos Annales creditam os séculos XVI e XVII como períodos de incorporação da economia otomana à economia mundial. Outros historiadores, que optam por outras vertentes teóricas, por sua vez, argumentam que os séculos XVI e XVII marcam a dominação europeia sobre a economia otomana por intermédio do comércio.

Neste capítulo, analisaremos os argumentos apresentados pelos historiadores otomanos influenciados pela Escola dos Annales, comparando-os com as demais pesquisas recentes sobre a história econômica e social do Império Otomano. Desse modo, busco abranger o debate historiográfico sobre a integração da economia otomana ao sistema mundial capitalista que trata das principais transformações observadas entre o século XVI e a primeira metade do século XVIII. Isto é, entre as transformações demográficas e as alterações a balança comercial que levaram o Império Otomano ao papel de fornecedor de matéria prima para as indústrias europeias.

I. A História Econômica e Social e a influência de Fernand Braudel

Em 1929, os historiadores franceses Lucien Febvre e Marc Bloch fundaram uma nova revista chamada *Annales d'histoire économique et sociale*, na qual economias, sociedades e civilizações se tornaram associadas a uma metodologia particular de pesquisa historiográfica e a um grupo particular de historiadores. Essa abordagem teórico-metodológica ficou conhecida mais tarde como Escola dos Annales (EARLE, 1972: 5-7). Dentre as principais reivindicações desse novo fazer historiográfico está o abandono das histórias individuais em prol de uma história total de todas as atividades humanas e seus relacionamentos recíprocos. Essa nova maneira de conceber a pesquisa historiográfica passa a ter uma abordagem interdisciplinar (FEBVRE, 1985: 50-52). Ao mesmo tempo, argumenta-se que um uso

generalizante e aperfeiçoado do método comparativo levaria à descoberta do que causa semelhanças e diferenças entre as sociedades (BLOCH 1985: 20-25).

O trabalho de Marc Bloch foi de suma importância para o estabelecimento das premissas e da aplicabilidade do comparativismo, e ele o fez inauguralmente em "Pour une histoire comparée des sociétés européennes" (1928). Nesta obra, a princípio, Bloch (1928) estabelece a existência de fenômenos minimamente similares em meios minimamente diferentes como premissa para se aplicar o método comparativo. Esses meios, assim, não deveriam ser apenas separados por fronteiras, era preciso *condições materiais diferentes*. No método comparativo, segundo Bloch, há também a premissa de que existe, por fim, uma sociedade humana, sendo a condição de seres humanos o elemento constante que possibilita a comparação. Ultrapassando, dessa forma, as análises fundamentadas no elemento nacional e permitindo duas vertentes de aplicação: entre sociedades distantes no tempo e no espaço, ou entre sociedades vizinhas e contemporâneas, tendo como pressuposto que sociedades expostas a estímulos e meios semelhantes devem provocar reações semelhantes, e quando não o fazem, devemos buscar a explicação.

A segunda geração da Escola dos Annales começou a apresentar seus estudos após 1945, obviamente influenciada pelos seus fundadores. Na chamada segunda geração, uma nova proposta para compreender as relações econômicas no Mediterrâneo durante a era de Felipe II, que ocupou diversos tronos europeus e enfrentou o crescimento otomano que na época estava sob comando de Solimão, o Magnífico. O trabalho pioneiro de Fernand Braudel, intitulado *Mundo Mediterrâneo na Era de Filipe II*, que foi publicado em 1949 é pioneiro ao abordar os problemas do Mediterrâneo sob um ponto de vista global, propondo a ideia de que a região se formou no século XVI como uma unidade histórica e geográfica interdependente, amplamente afetada por forças sociais e econômicas similares, como movimentos populacionais e de preços.

A abordagem historiográfica revolucionária de Braudel se opôs a interpretações anteriores sobre a história do Mediterrâneo, dividida entre o Oriente e o Ocidente, com os acontecimentos históricos ocorrendo em linhas separadas. Segundo Braudel (1949), as principais tendências observadas em toda a região do Mediterrâneo durante o século XVI foram i) o aumento das atividades comerciais; ii) o aumento da circulação de metais preciosos originários que advinham da América para a Europa e iii) um aumento generalizado dos preços e da população.

No livro, Braudel propõe que as tendências de preços e movimentos populacionais observadas no Ocidente e no Leste da Europa Mediterrânica no século XVI foram

indicadores da unidade de toda a área do Mediterrâneo (BRAUDEL, 1972: 887-95). Por conta disso, o preço e o aumento populacional foram os principais fatores que distorceram a ordem interna das sociedades, levando-as a serem parte integrante de um todo e não unidades isoladas. Entre outras palavras, fatores externos passaram a ser agentes motores na dissolução e transformação das sociedades. A principal implicação disso é que somos impelidos a beber da metodologia comparativista mesmo em estudos que não são propriamente comparativos, ou cujo a comparação não é por si só uma finalidade. A comparação nos ajuda entender a totalidade dos processos econômicos, para além das fronteiras geográficas de determinado Estado, bem como suas transformações ao longo do tempo.

Braudel (1972) nos demonstra, a partir das ferramentas metodológicas da história total e da análise comparativa da Escola dos Annales, que o Império Otomano foi parte integrante do mundo mediterrâneo, participando de seu desenvolvimento geral. Além disso, ele introduziu dois fatores críticos (preços e população) que foram usados na análise comparativa das sociedades medievais tardias na região do Mediterrâneo.

O impacto de sua pesquisa foi absorvido pelos jovens membros da Escola dos Annales, assim como por alguns historiadores otomanos. Em conexão com isto, Chaunu, Goubert, Cipolla, Hoszoweski, Malawust, Chabert e Le Roy Ladurie são exemplos de acadêmicos influenciados pelo ponto de vista braudeliano (BRAUDEL, 1972: 5-7).

Deve-se prestar atenção especificamente ao trabalho de Ladurie. Interessado nos períodos medievais tardios e na perspectiva de longo prazo, Ladurie foi, ao seu tempo, um dos contribuintes ativos do Debate Brenner²⁷, enfatizando o papel dos fatores demográficos. Nesse sentido, a mudança metodológica na interpretação dos fatos históricos influenciou o pensamento sobre a história do Império Otomano e suas relações com o mundo ocidental.

II. Estudos Otomanos Influenciados pela Escola dos Annales

Ömer Lütfi Barkan, um renomado estudioso sobre a história econômica e social do Império Otomano, pode ser considerado o nome mais importante influenciado pela Escola dos Annales. O impacto da Escola dos Annales e, particularmente, de Braudel tornou-se evidente nos estudos de Barkan relacionados aos movimentos de preços e população do

²⁷ O livro de Le Roy Ladurie, *Les Paysans de Languedoc* (1966), é um dos trabalhos mais interessantes e influentes sobre a história socioeconômica francesa do período pré-industrial. Segundo Brenner, ele foi um dos colaboradores do modelo demográfico na interpretação das mudanças econômicas de longo prazo na Europa medieval e no início da Europa moderna. Ver Brenner (1976).

século XVI no Império Otomano (BARKAN 1963, 1970a e 1970b). Barkan afirma que o objetivo de sua pesquisa é testar a hipótese de Braudel por um estudo sistemático das fontes de arquivo otomanas (BARKAN, 1970, p. 558-59). Assim, ele analisa os movimentos populacionais e de preços dentro dos limites do Império Otomano. Quanto aos preços, publicou os resultados em vários artigos sobre as listas de preços oficiais (*narh*), as propriedades de falecidos soldados otomanos em Edirne, os preços pagos por mão de obra e materiais durante a construção da Mesquita Süleymaniye (comissionada por Salomão, o Magnífico nos anos de 1550) e as despesas de vários *imarets* (BARKAN, 1970b: 561).

Apesar do fato de Barkan ter calculado os índices de preços em diferentes fontes, indicando as possíveis deficiências de cada uma delas, há algumas semelhanças entre as tendências dos movimentos de preços. Dessa maneira, é cabível assumir que os índices de preços dos alimentos de registros da *imaret* são um bom reflexo das mudanças gerais nos preços e os rearranjos econômicos. Os cálculos de Barkan são confiáveis, já que eles também produziram um segundo índice, levando em consideração a depreciação da moeda otomana²⁸.

Na tabela abaixo, constam os índices de preços anuais selecionados tanto em *akçe* (moeda otomana) quanto em gramas de prata.

Tabela 1: Mudanças nos preços durante os séculos XVI e XVII

Ano	Índice de Preços (em Akçes)	Índice de Preços (em prata)
1489	100.00	100.00
1555	142.26	135.41
1585	182.48	162.10
1586	268.20	134.10
1605	630.66	265.24
1623	593.43	249.57
1648	470.12	187.31

Fonte: Barkan (1970b: 136).

²⁸ Os cálculos de Barkan também nos dão o valor de *akçe* em termos reais, mostrando o peso de gramas em prata em cada *akçe*. (Barkan, 1970: 569).

Conforme observado na Tabela 1, ambos os índices mostram um aumento acentuado nos preços, especialmente de 1585 a 1605, começando a decair após este período. No entanto, os preços do século XVII continuaram a ser consideravelmente maiores em comparação ao nível de preços do século XVI. Mas os estudos de Barkan sobre a história demográfica otomana não se limitam aos séculos XV e XVII; eles abrangem um período mais amplo que remonta ao estabelecimento do Império²⁹. Segundo Barkan, a população do Império Otomano (Ásia menor e os Bálcãs), no início do século XVI, era de 12 ou 13 milhões (BARKAN, 1970a: 167). O cálculo de Barkan é baseado no número total de famílias (*hane*), obtido pela contagem das entradas nos registros gerais de impostos e nos populacionais, no período de 1520 a 1530.

De acordo com as estimativas de Barkan, o número total de domicílios era de aproximadamente 2.200.000. Os registros também incluem isenções fiscais, como militares nas províncias, mas excluem os empregados domésticos e os escravos. Barkan usa um multiplicador de 5 para as famílias e adiciona um milhão para aqueles não incluídos nos registros (BARKAN, 1970a: 168). Barkan calcula um crescimento da população de cerca de 60% entre os anos 1520-1600. Além disso, ele acrescenta a população de áreas conquistadas durante este período e atinge um valor para todo o Império, tal como 30-35 milhões no final do século XVI (BARKAN, 1970a: 169).

Em particular, Barkan examina o aumento da população nas principais cidades e vilas do século XVI e conclui que a taxa de aumento nas áreas urbanas é notavelmente maior do que nas áreas rurais (próximas a 90%), o que pode ser comparado aos 84% em relação ao aumento da população urbana em outras partes do Mediterrâneo (BARKAN, 1970a: 170). Não se pode negar a correspondência do preço e dos movimentos populacionais no Império Otomano e na Europa durante os séculos XVI e XVII³⁰. As histórias de preços na Europa também foram calculadas empregando os dados indiretos, como Barkan o fez. No entanto, essa metodologia certamente contém uma margem de erro. As estimativas de Barkan sobre os movimentos de preços são confiáveis, já que parece não haver nenhum problema adicional em relação às histórias de preços escritas sobre a Europa (SPOONER; BRAUDEL 1967: 432). Contudo, as estimativas e suposições de Barkan sobre os movimentos populacionais precisam ser reavaliadas, uma vez que as conclusões de vários estudos demográficos implicam uma superestimação da população, como bem reconhece Barkan (ERDER, 1975: 284-301; TODOROVA, 1988: 60-63).

²⁹ A lista dos estudos demográficos de Barkan pode ser encontrada em Inalcik (1978: 71).

³⁰ O paralelismo pode ser facilmente observado empiricamente. Ver: Spooner. (1967: 458)

Como mencionado na introdução desta pesquisa, é preciso considerar o problema relativo aos documentos otomanos no âmbito dos estudos demográficos. Há, portanto, limitações inevitáveis referentes aos dados e à metodologia empregados por Barkan, causados pela insuficiência nos dados empíricos relacionados às fontes otomanas. Essa situação por si só pode ser agente causador de uma superestimação ou subestimação dos fatos, de tal forma que pode levar a diferentes tipos de interpretação. Como Barkan propõe o aumento acentuado da população como um dos principais impulsionadores da dissolução da formação social otomana, compete trazer à discussão como se daria o impacto econômico e social desse suposto aumento.

O objetivo do vasto estudo de Barkan não foi o de mostrar as semelhanças das tendências de preço e população em toda a região mediterrânea, mas o de investigar o papel dos fatores econômicos, bem como dos problemas monetários externos que impulsionaram a transformação e dissolução do Império Otomano. Segundo esse autor, era notória a originalidade e autossuficiência do sistema otomano até o final do século XV. A ordem do sistema deveria ser politicamente tão forte a ponto de não criar nenhum conflito e crise econômica internos (BARKAN, 1975: 17-18), restando apenas aos fatores externos para a causa do declínio do sistema. Segundo argumenta Barkan (1975), foi apenas quando a Europa começou a desenvolver seu próprio poder político e econômico que o sistema otomano foi violado.

A história do desenvolvimento econômico na Europa é relativamente bem conhecida: as descobertas dos séculos XVI e XVII permitiram que os europeus trouxessem para a Europa enormes quantidades de ouro e prata e estas “injeções” de ouro criaram novas atividades na indústria europeia, levando-os a procurar novos mercados na periferia, a fim de obter lucros mais elevados. Tendo resumido esses desenvolvimentos, Barkan afirma que a penetração da “*dominant economy*” — em seus termos — também no Império Otomano, produziu inflação alta como resultado da demanda excessiva por matérias-primas otomanas. Além disso, ele argumenta que o aumento na população, juntamente com a inflação, levaram a crises de subsistência e distorceram a ordem econômica do Império.

Dessa forma, podemos compreender a crise do sistema otomano a partir do contato, absorção e participação com a mentalidade capitalista que vibrava na Europa, sobretudo na primeira metade do século XVII, quando Locke e Hobbes publicaram suas obras icônicas mencionadas anteriormente. Obras que, em síntese, expressam respectivamente o liberalismo econômico e o direito divino de um soberano governar. O declínio da ordem social e econômica otomana começou como resultado de desenvolvimentos para além do domínio

britânico e sobretudo como consequência do estabelecimento de uma economia atlântica de tremenda vitalidade e força no final do século XVI na Europa Ocidental. O sistema econômico do Império não decaía nem por uma falha inerente à sua constituição, nem por uma lei orgânica, mas devido às imensas mudanças históricas que não apenas destruíram seu equilíbrio, mas também detinham sua evolução econômica natural e condenaram suas instituições a danos irreparáveis (BARKAN, 1975: 5).

De acordo com Barkan (1975), uma das consequências importantes da expansão europeia foi o declínio da indústria otomana. O preço relativamente baixo das matérias-primas no Império Otomano aumentou a demanda dos manufaturados europeus, o que, por sua vez, causou a escassez de matérias-primas para a indústria local. Barkan (1975) ressalta que a dificuldade da indústria local foi duplicada com o fluxo livre de produtos manufaturados europeus mais baratos e de melhor qualidade, que limitaram o mercado local das indústrias otomanas no final do século XVI. Além disso, as políticas mercantilistas, seguidas pelas nações europeias, limitaram mercados para a indústria otomana.

Barkan (1975) dá o exemplo da seda de Bursa e da indústria de panos de mohair, em Ankara (*sof*). Ele afirma que a produção diminuiu no final do século XVI e essas regiões tornaram-se apenas fornecedoras de seda crua e fio de mohair. Aqui, Barkan enfatiza a mudança no caráter do comércio exterior do Império Otomano. Ele argumenta que no Império Otomano até o início do século XVII, apenas os bens de luxo haviam sido importados, e que tanto bens industriais (principalmente produtos têxteis) quanto matérias-primas haviam sido exportadas. Em outras palavras, isso significa que o Império Otomano foi incorporado ao sistema capitalista mundial, tomando seu lugar na divisão do trabalho no final do século XVI.

Além disso, Barkan (1975) argumenta que outra consequência dos distúrbios sociais e políticos foi a crise financeira do Estado, que tornou necessário encontrar novas fontes de receita. Assim, o sistema *timar*³¹ (que tinha sido a principal fonte de receita até o início do século XVII) foi substituído pela agricultura tributária (*iltizam*) para compensar as necessidades urgentes do tesouro. No entanto, o sistema de agricultura tributária provocou o surgimento de poderes locais (*ayans*) e a formação de propriedades agrícolas (*çiftliks*), particularmente nas regiões ocidentais do Império.

³¹ Direito concedido aos cavaleiros livres de coletar impostos diretamente em troca do serviço militar no Império Otomano; impostos de concessões de terras pagos para apoiar a cavalaria. No século XVIII, o sistema *timar* foi substituído pela agricultura tributária (*iltizam*). "Timar." In *The Oxford Dictionary of Islam*, edited by Esposito, John L.. : Oxford University Press, 2003.

Barkan salienta que a produção comercial de *çiftliks* também foi exportada para os mercados europeus, o que fortalece a hipótese sobre o papel do Império Otomano como fornecedor de matérias-primas (BARKAN, 1975: 24-27). Dessa forma, de acordo com Barkan, a industrialização, a mudança no caráter do comércio exterior e a formação de grandes propriedades comerciais foram os principais indicadores da incorporação e dependência do Império Otomano ao sistema capitalista mundial, no final do século XVI (BARKAN, 1963:19-22).

A dependência também deve explicar o menor desenvolvimento da Turquia moderna. Pode ser facilmente notado que a abordagem teórica de Barkan é bastante similar a de Sweezy-Wallerstein, no sentido de que o papel primário foi dado a fatores externos para explicar a dissolução e transformação do Império Otomano. Essa abordagem é relevante para avaliarmos o papel da estrutura sobre os fenômenos econômicos observados.

O impacto da Escola dos Annales levou muitos pesquisadores a estudarem a pressão populacional em várias partes do Mediterrâneo, no século XVI. Um deles foi o historiador britânico Michael Cook, que estudou o exemplo otomano (COOK, 1972). O estudo de Cook corrobora a tese de Braudel sobre a correspondência geral dos movimentos populacionais em toda a área do Mediterrâneo, concluindo que a pressão populacional foi a principal fonte da crise de produção e subsistência no Império Otomano do século XVI. Em outras palavras, Cook (1972) admite os fatores demográficos determinados externamente como o agente motor na dissolução do sistema otomano e seu posterior desenvolvimento após o século XVII.

Mustafa Akdağ (1971) também é um nome importante quando se trata dos estudos sobre o desenvolvimento econômico e social nos séculos XVI e XVII do Império Otomano (AKDAG, 1971: 142-45). Akdag (1971), sob influência teórico-metodológica da Escola dos Annales, enfatiza o desenvolvimento da Europa Ocidental no século XVI como a principal causa da dissolução do sistema otomano autossuficiente. Ele ressalta que, na segunda metade do século XVI, o Império Otomano tornou-se um importante fornecedor de matérias-primas às economias dominantes, que, por sua vez, aumentaram o poder de exploração, resultando nas crises financeiras e políticas do Império Otomano (AKDAĞ, 1971: 146). Em linhas gerais, Akdag (1971) afirma que o Império Otomano foi incorporado ao sistema capitalista mundial como um exportador de matérias primas e importador de bens manufaturados, o que também implicou, neste período, na desindustrialização.

Halil Inalcik é também um dos eminentes historiadores otomanos que produziram alguns estudos originais sobre o Império Otomano. Embora o ponto de vista de Inalcik sobre

a incorporação do Império Otomano seja um pouco diferente dos outros, ele também trata da transformação radical e profunda crise do Império Otomano sob o impacto econômico e militar da Europa na última década do século XVI.

Nos próprios termos de Inalcik:

"[...] but changes in world trade routes at the end of the 16th century and the beginning of the 17th begun to take their toll on the Ottoman market with the result that the mercantilist states of the West were enabled to subordinate the Levant to their own economic systems" (INALCIK, 1973: 52).

Apesar de não abordar a desindustrialização e a mudança no caráter do comércio exterior, esse autor enfatiza as mudanças institucionais, demonstrando em seus vários artigos que não houve um colapso considerável da indústria e da economia otomana em geral antes do último quarto do século XVIII (INALCIK, 1979: 52-53, INALCIK, H. 1969: 97-140). Esse indicativo, em primeira mão, parece contradizer as leituras anteriores de Inalcik, uma vez que não se pode esperar que uma economia subordinada opere independentemente e continue a fornecer os bens manufaturados, bem como matérias-primas, à grande parte do mercado local. Contudo, se compreendermos a gradualidade dos processos que acontecem na média e longa duração, podemos compreender que, como bem argumenta Barkan, o sistema otomano era extremamente forte e autossuficiente, portanto, sua ruptura em função das atividades europeias levou centenas de anos.

Também houve estudos tentando expandir a direção da tese de Braudel. Um deles foi o estudo de Osman Okyar (1980), que aplicou o conceito de crescimento econômico sugerido pelo economista Simon Kuznets, sobre a economia otomana do século XVI (OKYAR, 1980: 116-120). Okyar emprega os dados de preço e população de Barkan para determinar o crescimento econômico do Império. No final do estudo, conclui que o Império Otomano passou por um período de crescimento econômico de longo prazo (no sentido Kuznetsiano) durante os três primeiros trimestres do século XVI.

Nesse sentido, ele aponta algumas tendências semelhantes observadas em fatores econômicos entre o Ocidente e o Oriente do Mediterrâneo, mas vale ressaltar que ele sugere que essa coincidência nem sempre significa as semelhanças de relações causais entre eventos econômicos. Okyar enfatiza o papel da dinâmica interna para entender os diferentes caminhos do desenvolvimento. Desse modo, sua contribuição é um excelente complemento às leituras

trazidas até aqui e explora de forma mais profunda a proposta de uma História Total e será melhor abordada no próximo capítulo.

III. Outros estudos que sugerem os séculos XVI ou XVII como o período de incorporação

Outra abordagem relacionada ao período de incorporação foi sugerida por Murat Çizakça (1985). Segundo ele, a incorporação não foi, de modo algum, um evento isolado, ou seja, diferentes setores foram incorporados em diferentes períodos como resultado de mudanças nas condições de oferta e demanda prevalentes no comércio mundial. Em outras palavras, ele afirma que, se um setor se torna principalmente o fornecedor de matérias-primas, ele pode ser considerado como incorporado ao sistema mundial (ÇIZAKÇA, 1985: 353-77). Além disso, ele observa que a incorporação de regiões teve que obedecer a incorporação de setores da economia. Em outras palavras, as regiões, conforme a integração se dava, ocupavam diferentes lugares na cadeia de produção global da época.

A partir das contribuições de Çizakça (1985), podemos compreender que o desenvolvimento da economia otomana foi dependente das oscilações na estrutura de demanda das nações da Europa Ocidental desde o século XVI. Çizakça (1985) examina os desenvolvimentos da seda em Bursa, do algodão em Cukurova e das indústrias de *sof* em Ankara. A partir deste trabalho, ele conclui que a produção da seda em Bursa e as indústrias de *sof* em Ankara foram reduzidas no período entre 1550-1650 e que, portanto, essas regiões foram incorporadas ao sistema mundial como fornecedoras de seda crua e fio de mohair. Esse período é definido pelo autor como um período inicial de incorporação. Por outro lado, ele também aponta a recuperação das indústrias de seda em Bursa e *sof* em Ancara no início do século XVIII e explica o fenômeno da mudança no perfil da pressão europeia sobre a Ásia, correspondendo ao aumento no volume das transações do comércio europeu para o Oceano Índico. Eventualmente, ele observa o segundo declínio dessas indústrias no período 1830-1900 e o chama de período de “*incorporação plena*”.

Uma outra questão debatida é o papel das *Çiftliks* (propriedades agrícolas) na incorporação, no século XVII, do Império Otomano à economia mundial capitalista. A contribuição mais estimulante para o debate foi o artigo de Stoianovich (1953), que compara a formação de *Çiftliks* nos Bálcãs, com a “segunda servidão da Europa Oriental” durante o mesmo período. Stoianovich (1953) corrobora o argumento de Braudel (1972) acerca do

paralelismo entre os Bálcãs, Polônia e Boêmia, e conclui que os *ciftliks* operavam como propriedades comerciais da Europa Oriental, fornecendo de matéria-prima. Em outras palavras, ele afirma que a região dos Bálcãs do Império Otomano foi incorporada à economia capitalista mundial no século XVII (STOIANOVICH, 1953: 398-411).

De forma geral, é relativamente consensual a leitura de que a economia otomana tornou-se fornecedora de matérias-primas e importadora dos bens manufaturados como resultado da incorporação; as abordagens vistas acima variam na ênfase em fatores internos ou externos, bem como a ênfase na fundação de uma relação de dependência e periferização ou puramente de integração. O papel do Império Otomano para o fornecimento de matéria-prima para a Europa em industrialização está diretamente correlacionado à desindustrialização. A desindustrialização, portanto, é um produto da incorporação otomana ao sistema mundial capitalista.

Posto isso, no próximo capítulo, analisaremos a estrutura do comércio otomano nos séculos XVII e XVIII, a fim de testar essa interpretação e, por conseguinte, compreender melhor as nuances da incorporação. Também estudaremos a estrutura da indústria otomana nos séculos XVII e XVIII, a formação de sucursais capitalistas semelhantes às grandes propriedades observadas na Europa Oriental na segunda servidão, e como o papel no fornecimento de matéria-prima para a Europa Ocidental torna-se um produto da incorporação.

Capítulo 3

O PAPEL DA INDÚSTRIA TÊXTIL NA INSERÇÃO DA ECONOMIA OTOMANA AO SISTEMA MUNDIAL CAPITALISTA ENQUANTO FORNECEDORA DE MATÉRIA-PRIMA

Neste capítulo, tentaremos investigar algumas características e volumes do comércio otomano com a Europa Ocidental nos séculos XVII e XVIII, estudando a questão sobre os fatos relacionados a este comércio, na integração do Império Otomano à economia mundial capitalista no século XVI. Nossa principal preocupação aqui será o de identificar a natureza exata das importações do Império Otomano para com os países da Europa Ocidental³².

Por outro lado, os dados relacionados à exportação de países da Europa Ocidental para o Império Otomano são insuficientes para ter uma ideia. Ainda que não saibamos ao certo se os produtos europeus causaram o declínio da indústria otomana, a estrutura da indústria no século XVII e XVIII contribui com a extensão das exportações. Apresentaremos nesta seção apenas informações dispersas relacionadas às exportações de produtos têxteis da Europa Ocidental para o Império Otomano, sendo que os efeitos das exportações desses países na economia otomana serão especificados na próxima seção, quando discutirmos a estrutura da indústria otomana nos séculos XVII e XVIII.

I. Tendências Gerais do Comércio Otomano com a Europa Ocidental nos séculos XVII e XVIII

A Anatólia se tornou a principal rota comercial entre Leste e Oeste no século XIII. Com a ascensão do Império Otomano o papel da Anatólia neste comércio consolidou-se com centros comerciais e mercados desenvolvidos como, por exemplo, Trabzon, Amasya, Erzurum, Kayseri, Ankara, Antalya, Istambul (Constantinopla), Bursa e Izmir (Esmirna).

³² Havia basicamente dois tipos de matérias-primas importadas do Império Otomano; grãos e matérias-primas industriais. No entanto, a parcela das exportações de grãos para a Europa foi muito limitada no século XVII e houve um pequeno aumento no século XVIII, principalmente na região dos Bálcãs (PAMUK, 1984: 16). Portanto, nesta seção, nos restringimos ao estudo das exportações das matérias-primas industrializadas realizadas pelo Império Otomano. E mostraremos particularmente as tendências em três commodities estratégicas: seda, algodão e fios de mohair, pois elas têm sido as matérias-primas básicas da indústria têxtil. A atividade industrial têxtil foi a mais importante até o século XIX, na Europa Ocidental. Portanto, se tivermos uma ideia da contribuição do Império Otomano para o desenvolvimento das indústrias têxteis europeias, seria muito mais fácil e correto avaliar os argumentos de alguns historiadores otomanos a respeito da integração da economia otomana (como fornecedor de matérias-primas) e o consequente colapso da indústria têxtil otomana. Por outro lado, estudaremos o comércio do Império Otomano apenas com três países da Europa Ocidental, especificamente a Inglaterra, a Holanda e a França, uma vez que tiveram maior participação no comércio otomano desde o século XVII até as últimas décadas do século XVIII. (Mc GOWAN, 1981: 18)

Bursa, inclusive, tornou-se a cidade comercial mais importante, porque serviu de ponte entre Oriente e Ocidente.

Os mercadores trouxeram da Ásia várias mercadorias, como almíscar, ruibarbo, porcelana chinesa, especiarias, corante, drogas e, especialmente, a seda persa, passando pelos centros comerciais da Anatólia Oriental até Bursa. Até então esses mercadores adquiriram várias *commodities* europeias como lãs, brocados preciosos, veludos etc., ainda que preferissem moedas de ouro e prata, já que estas tinham um maior valor na Ásia.

Por outro lado, essas mercadorias europeias foram trazidas para Bursa pelos comerciantes dos Estados italianos, principalmente de Veneza. Da mesma forma, eles estavam levando os produtos orientais, onde a seda persa formava uma parte importante deles (INALCIK, 1973: 134-36). Aqui, enfatizo o fato de que Bursa e outros centros comerciais não eram apenas os locais de encontro entre os comerciantes do Oriente com o Ocidente. Os comerciantes otomanos também estiveram participando do comércio internacional, tanto vendendo os bens otomanos como trigo, seda crua, algodão, lã, peles, tecido mohair, tecidos de seda quanto comprando bens europeus trazidos aos mercados pelos mercadores de Veneza. Portanto, deve-se distinguir cuidadosamente o status intermediário do Império Otomano no comércio entre Leste e Oeste, uma vez que o Império Otomano não foi o produtor de todas as mercadorias exportadas de seus centros comerciais para a Europa. O monopólio dos mercadores de Veneza conduziu o comércio otomano com a Europa Ocidental até o ano de 1569³³.

No entanto, a situação começou a mudar após esta data, como resultado da ascensão do capitalismo na Europa Ocidental e da descoberta de uma nova rota comercial via marítima entre a Europa e o Extremo Oriente, através da costa sul-africana. Ou seja, a proeminência de Veneza no comércio do Mediterrâneo foi contestada pelos ingleses, holandeses e franceses. Ao mesmo tempo, a Anatólia deixou de ser, uma vez que o comércio foi realizado pela nova rota. Portanto, os mercados da Anatólia, juntamente com outros mercados do Oriente Médio, tornaram-se centros comerciais de diversas *commodities* do Oriente Médio e da Europa. Apesar do aumento considerável no comércio da França com o Oriente Médio no final do século XVI, a Inglaterra contou com uma maior participação no comércio com o Oriente Médio no século XVII (McGOWAN, 1981: 18).

³³ Não significa dizer que a presença veneziana no comércio otomano tenha desaparecido completamente após a década de 1570 e sim que nunca mais esteve entre os principais comerciantes do Império Otomano. Para mais detalhes, ver Faruqi (1987: 314).

O estabelecimento da *Companhia de Comércio do Levante* na Inglaterra foi o produto da política expansionista deste país, que visava encontrar um caminho para os mercados orientais, garantindo uma parte das importações das diversas mercadorias orientais para a Europa. A companhia detinha o monopólio do comércio do Levante e estabeleceu-se em Istambul e Izmir logo após a década de 1580³⁴. Quase desde os primeiros anos, a seda crua predominou nas importações inglesas do Levante.

A seda que chegou à Inglaterra e à Europa através dos portos do Levante, no século XVII, foi produzida na Pérsia. Os vales da Anatólia em torno de Bursa e Tokat e a parte norte da Síria (que na época pertencia ao Império Otomano), por exemplo, eram comparativamente sem importância em termos de participação na produção de seda no Oriente Médio. A seda branca, por ser considerada de qualidade inferior, foi preterida pelos comerciantes europeus (McGOWAN, 1981: 41)³⁵.

A demanda europeia para a seda da Anatólia aumentou temporariamente no início do século XVII devido a preços relativamente baixos em Bursa e Tokat. Entretanto, a seda persa foi temporariamente substituída pela seda síria devido à interrupção das estradas regulares pela invasão russa e turca em 1722-24 e à guerra civil em 1717, ambas na Pérsia (DAVIS, 1970: 195-97), vindo a atender a demanda europeia do Levante.

No entanto, o Levante não era a única fonte de seda crua: Índia, China e Itália também forneciam seda crua para a Europa³⁶. Os dados relacionados às importações inglesas de seda para os séculos XVII e XVIII sugerem que a Pérsia continuou a ser a fonte básica de seda crua para a indústria de tecidos de seda inglesa até a segunda metade do século XVII, quando a situação começou a mudar.

³⁴ Do ponto de vista das estatísticas comerciais inglesas, Levante foi o nome dado à área do Império Otomano na Ásia, especialmente após a segunda metade do século XVI. A companhia realizava o comércio da área que abrange a Pérsia e a Arábia, além do Império Otomano na Ásia e no Egito. Ou seja, os produtos que circulavam nessas áreas eram levados aos centros comerciais do Levante (Halep, Sayda, Trípoli), sendo trocados por mercadorias européias. Vale ressaltar que os termos "Levante" e "Império Otomano" podem ser usados de forma intercambiáveis e o comércio inglês-Oriente Médio tem o mesmo significado que o comércio inglês-Levante (DAVIS, 1970: 193). Sobre as fronteiras do Império Otomano no Oriente Médio nos séculos XVII e XVIII, ver Kunt (1988: 185).

³⁵ De fato, não há dados diretos e definidos sobre as importações de seda da Inglaterra. Porém, registros da Companhia do Levante e de outras fontes secundárias enfatizam a insignificância da seda anatólia e síria em comparação com a persa no total de importações inglesas de seda do Levante (DAVIS, 1970: 194 e WOOD, 1964: 87).

³⁶ Entre os principais centros, a seda da Índia e da China foi trazida para a Inglaterra pela Companhia das Índias Orientais. A Companhia também foi criada em 1600 como monopólio para realizar o comércio entre a Inglaterra e o Extremo Oriente com objetivos semelhantes aos da Companhia do Levante (CHAUDHURI, 1965: 10).

Tabela 2. Importações inglesas de seda³⁷:

Milhares de libras de 24 onças

	Total	Levante	Índia e China	Outros (Principalmente Itália)
1663-1669 (média)	366	264(72%)	1	101(27%)
1721-1725 (média)	639	240(37%)	84 (13%)	315(49%)
1741-1745 (média)	555	145 (26%)	116(21%)	294(53%)
1761-1765 (média)	844	113(13%)	73(8%)	658(77%)

Fonte: Davis (1970: 199).

Como é mostrado na Tabela 2, enquanto a participação do Levante nas importações inglesas de seda diminuiu progressivamente após 1663, a participação da Índia, China e particularmente da Itália aumentou. Durante o mesmo período, a parcela do Levante diminuiu de 72% para 13% entre os anos de 1663 e 1763, ao passo que a parcela das outras áreas (principalmente a Itália) aumentou de 27% para 77%.

A crescente concorrência de outras nações centrais, como a Holanda e a França, a interrupção de rotas regulares de seda persa para a Inglaterra e a crescente tendência da indústria inglesa por melhores sedas foram as razões básicas para o declínio na participação das importações britânicas de seda crua por Levante. Por exemplo, as sedas italianas eram usadas para fazer tecidos para roupas de alta qualidade. Durante a maior parte do século XVII, a indústria inglesa de tecidos de seda ficou confinada a fabricar fitas, fios, botões e meias para os quais a seda Levante, mais pobre em qualidade, mas muito mais barata, era adequada. Então, com o passar do tempo, o desenvolvimento na indústria têxtil inglesa se

³⁷ As porcentagens são calculadas com base nos dados fornecidos na Tabela 1.

refletiu em uma demanda menor pela seda Levante, seguida por uma importação crescente de seda italiana (DAVIS, 1970: 198-99). No entanto, o Levante não era a única fonte de seda crua, além disso, Índia, China e Itália também forneciam seda crua para a Europa. Além disso, as tendências de participação nas exportações totais de seda crua do Levante para a Inglaterra durante os séculos XVII e XVIII dá uma ideia sobre a grandeza da queda no comércio do Levante inglês, uma vez que a seda crua constituiu quase mais da metade das importações totais de o Levante (WOOD, 1964: 111).

De fato, se considerarmos as tendências de outras mercadorias importadas pelo Levante, entenderíamos melhor. Por exemplo, o algodão foi um dos produtos importados de maior relevância pelo Levante, no século XVII. O algodão e o fio de algodão usados na Inglaterra para atender as demandas da nova indústria de tecidos de algodão foram produzidos na Anatólia Ocidental, Chipre e Síria. Inicialmente, o Levante foi o único fornecedor de algodão para a indústria inglesa de tecidos de algodão.

Por se tratar de uma indústria pequena, a magnitude do comércio também era pequena. No entanto, com o início da produção de algodão, a partir de 1620, nas Índias Ocidentais Britânicas (BWII), o Levante começou a perder a relevância como único fornecedor (WILLIAN, 1955: 396-99). No final do século XVII, por exemplo, a oferta de algodão da BWII excedeu a demanda inglesa de algodão. Como pode ser verificado na Tabela 3, as importações de algodão e fios de algodão do Levante diminuíram consideravelmente no início do século XVIII. Apesar de ter havido breves recuperações em face da concorrência, como ocorreu no período de 1752-54, as importações de algodão da Inglaterra por fontes não-levantinas foram significativamente menores (MCGOWAN, 1981: 43).

Da mesma forma, as importações de fios de angorá produzidos a partir dos pelos da cabra ankara na Anatólia central seguiram uma tendência semelhante. Começou a chegar à Inglaterra em quantidades consideráveis durante a década de 1630, principalmente para a fabricação de botões e botoeiras (DAVIS, 1970: 199-200). O comércio de fios de mohair cresceu rapidamente na medida em que era o segundo após a seda no início do século XVIII. Todavia, mudanças posteriores na moda levaram a uma queda nas importações inglesas, sem que tenham desaparecido completamente (consulte a Tabela 3).

Tabela 3. Importações inglesas do Levante
(Milhares de Libras)

	1621, 1630, 1634 (Média)	1663, 1669 (Média)	1699-1701 (Média)	1722-24 (Média)	1752-54 (Média)
Seda crua	73	172	219	274	81
Fio Mohair	9	45	32	40	13
Algodão e fios de algodão	25	28	25	12	20
Outras	77	96	30	23	27
Total	184	342	306	349	141

Fonte: Davis (1970: 202).

Além desses produtos, muitas outras mercadorias do Oriente Médio, como pelo de cabra e camelo ou medicamentos para corantes, tecidos, tapetes e feltros foram importados pela Inglaterra. No entanto, eram pequenas as quantidades em comparação ao restante das mercadorias³⁸. A importação de quase todos os principais produtos da *Levant* para a Inglaterra atingiu o nível mais alto nas primeiras décadas do século XVIII, começando a decair rapidamente logo depois (Tabela 3).

Enquanto no século XVII Levante representava cerca de 10% do comércio total inglês, na década de 1770 não passava de 1% (DAVIS, 1970: 205). Como foi enfatizado, a seda predominou nas importações inglesas do Levante, sendo que a maior parte da seda que veio para a Inglaterra foi produzida na Pérsia e não no Império Otomano. Este ponto é crucial, porque a indústria de tecidos de seda na Inglaterra era a mais importante e a principal atividade industrial até a década de 1740. Apesar do algodão e mohair serem matérias-primas produzidas no Império Otomano, a participação destas matérias-primas na importação da Inglaterra era insignificante.

O Império Otomano que foi o fornecedor de matérias-primas para a Inglaterra e também para a França e os Países Baixos após o século XVI (que discutiremos mais a frente) tornou-se um território subdesenvolvido no século XIX³⁹. Mesmo se assumirmos que as

³⁸ Todas essas mercadorias são agrupadas como "Outras", na Tabela 2.

³⁹ Aqui estamos nos referindo aos argumentos dos historiadores otomanos discutidos no segundo capítulo.

matérias-primas exportadas foram produzidas principalmente no Império Otomano, isso também não é suficiente para apoiar os argumentos de certos historiadores otomanos. Caso contrário, pode-se facilmente levantar a questão do por que a Itália não ter sido uma periferia do sistema mundial capitalista. Porque, como é mostrado na Tabela 2, a participação da Itália na importação total de seda inglesa aumentou rapidamente após a primeira parcela do século XVIII, sendo bem maior que a participação do Levante e, em particular, da Pérsia. Por isso, deveria haver outras causas internas do subdesenvolvimento do Império Otomano no século XIX.

As exportações da Inglaterra para o Levante se deram em função das importações de lá até certo ponto. Porque o estabelecimento do comércio entre Ocidente e Oriente dependia, de maneira especial, da capacidade de absorção das importações de bens oriundos do Oriente Médio. Isso porque, os comerciantes do Oriente Médio e particularmente do Império Otomano estavam evitando remeter moeda em troca das mercadorias europeias, embora dinheiro ou metais preciosos (ouro e prata) fossem altamente exigidos por eles em troca das mercadorias exportadas para a Europa. (WOOD, 1964: 13-16; INALCIK, 1969: 99-102). O valor do ouro e da prata era bem maior no Leste do que no Oeste. Portanto, a demanda na Europa por bens do Oriente Médio poderia ser paga, se os bens europeus não fossem aceitáveis em troca, enviando moedas, mas a situação oposta não poderia ser realizada. Como consequência, as exportações da Inglaterra também caíram após o final do século XVII. Por exemplo, o tecido inglês era o bem mais importante exportado para o Império Otomano⁴⁰.

Segundo registros da *Levant Company*, o volume das exportações aumentou ao longo do século XVII, atingindo aproximadamente 30.000 peças de todos os tipos de tecidos por ano (sendo a maior parte seda). No entanto, houve uma redução para 11.000 peças na primeira metade do século XVIII (WOOD, 1964: 102-104). A maioria das roupas enviada a Istambul foi vendida para as classes mais altas (WOOD, 1964: 105). Uma parte desses tecidos também foi enviada ao mercado persa, bem como aos outros centros comerciais do Império Otomano.

Como foi informado antes, a população do Império Otomano era de aproximadamente 20 a 25 milhões nos séculos XVII e XVIII. Agora, se subtrairmos a participação do mercado de Istambul e da Pérsia na exportação total de tecidos para Levante e compararmos com a parte restante que deveria ser vendida nos mercados otomanos, teríamos uma ideia sobre o

⁴⁰ Além de tecidos, estanho, chumbo e peles estavam entre os outros produtos exportados para a Levante.

caráter do comércio⁴¹. Apesar da impossibilidade em precisar os dados exatos, não resta dúvida sobre a insignificância das quantidades que entraram no pacote de consumo dos camponeses.

Os produtos têxteis ingleses eram uma espécie de mercadoria de luxo no mercado otomano. Como foi mencionado no primeiro capítulo, essa é uma das características do comércio pré-capitalista. O desenvolvimento dos meios de transporte se deu de maneira gradativa nos séculos XVII e XVIII por carecer de recursos tecnológicos. O comércio marítimo entre os portos da Inglaterra e *Levant*, por exemplo, levava cerca de 40 dias. (WOOD, 1964: 232).

Da mesma forma, o transporte entre esses portos e outros centros comerciais do Oriente Médio também era muito lento. Por exemplo, o tempo de travessia na estrada entre Bursa e Izmir demorava cerca de 7 a 8 dias em caravanas (THEVENOT, 1978: 215). Consequentemente, esse transporte primitivo foi um grande obstáculo físico para os camponeses chegarem ao mercado com uma frequência regular. Isso também permanece como um indicador que mostra o caráter pré-capitalista do comércio inglês-otomano. Portanto, os exemplos acima apontam a dificuldade e até a impossibilidade da Companhia do Levante ampliar suas atividades nos mercados rurais, dificultando o aumento do seu domínio na economia otomana⁴².

A Inglaterra não era, obviamente, o único país do Ocidente que negociava com o Império Otomano durante os séculos XVII e XVIII. Os holandeses foram os rivais da Inglaterra no comércio do Levante por um período comparativamente curto após 1612. A principal razão para o aumento do comércio do Levante holandês foram as lutas políticas na Inglaterra e, portanto, a concorrência mais efetiva dos holandeses no comércio do Levante (MC GOWAN, 1981: 21).

A partir dos primeiros anos do comércio, os fios de seda e mohair persas de Ancara constituíam a maior parte do total de importações holandesas e atingiram o nível mais alto

⁴¹ Isso não é surpreendente, porque a seda era, em si, uma mercadoria de luxo para os camponeses comuns sendo a demanda por seda, portanto, muito limitada no Oriente Médio e no Extremo Oriente. Nesta ocasião, na Inglaterra, não houve mudança significativa no aumento da quantidade produzida de tecidos de seda em técnicas tradicionais de produção, até o final do século XVIII, (CHAUDHURI, 1978: 344).

⁴² De fato, não há estudos detalhados relacionados à vida material dos camponeses otomanos, como a de Bennett (1962), sobre a vida camponesa inglesa, para entender a extensão da economia de subsistência que prevalece no Império Otomano. No entanto, alguns livros e registros de viajantes dos séculos XVII e XVIII dão uma idéia sobre a vida dos camponeses no Império Otomano. Do ponto de vista deste estudo, a observação mais interessante dos viajantes da Europa foi que os camponeses otomanos tinham uma vida muito simples. Em outras palavras, eles comiam e se vestiam apenas para sobreviver. Talvez tenha sido o resultado da baixa produtividade no Império ou de algumas crenças sobre a vida eterna assumindo o mundo como residência temporária. Nesse sentido, a demanda por várias mercadorias européias também foi limitada.

desde meados do ano 1650. Então, esse comércio começou a cair a níveis insignificantes, como resultado das seguintes razões:

I) os holandeses estavam mais comprometidos do que a Inglaterra com o comércio do Oceano Índico. Portanto, a participação da seda indiana e chinesa no total das importações holandesas estava aumentando rapidamente, o que se associou à diminuição da demanda por produtos levantianos,

II) a estabilidade na vida política e econômica inglesa após 1650 permitiu aumentar a competitividade da *Levant Company* em relação aos mercadores holandeses (DAVIS, 1970: 203). (DAVIS, 1970: 203). Embora o comércio otomano-holandês tenha continuado nos séculos XVII e XVIII, o volume de mercadorias não foi significativo. Nesse sentido, não seria certo propor que a economia otomana se tornou a periferia dos holandeses.

Outro rival muito mais sério da Inglaterra foi a França no século XVII e na maior parte do século XVIII. Os franceses se tornaram o principal rival de Veneza no comércio do Levante no final do século XVI; mas a guerra civil danificou bastante a indústria na França, da qual esse comércio dependia, contribuindo com a queda em pequenas proporções do comércio francês durante as décadas intermediárias do século XVII (ISSAWI, 1966: 30). No entanto, após a restauração da estabilidade política, bem como com a recuperação do comércio e da indústria na França, a magnitude do comércio do Levante francês começou a aumentar no início do século XVIII. Seda, algodão, fio de mohair, galhas, açafrão, couro, arroz e drogas estavam entre os produtos mais exportados pelo Oriente Médio para a França, sendo bem maior em comparação com os outros produtos (ISSAWI, 1966: 31).

As importações francesas de seda do Levante, especialmente as persas, foram consideráveis durante as primeiras décadas do século XVIII e começaram a diminuir gradualmente após esse período devido ao aumento da disponibilidade de fontes alternativas e melhores, como a italiana e a francesa (Ver: Tabela 4). No caso do fio mohair, as importações francesas aumentaram aproximadamente três vezes entre 1700-1750, mas com a mudança na moda, a importação de fio mohair diminuiu (MC GOWAN, 1981: 36). No entanto, o comércio do Levante francês aumentou rapidamente no século XVIII, principalmente devido ao crescimento do comércio de uma única mercadoria: o algodão.

No início do século XVIII, o algodão era muito menos importante que a seda no total das importações francesas. Mas o comércio cresceu e, em 1785, o algodão representava a maior parte do total de importações (ver a Tabela 4).

Tabela 4. Principais importações francesas do Levante, 1700-1789 (milhões de libras)

	1700-2 (Média)	1750-4 (Média)	1785-9 (Média)
Seda	2,416	2,095	1,638
Algodão	1,528	5,684	12,792
Fio Mohair	639	1,835	1,437

Fonte: Davis (1970: 204), Owen (1981: 7), McGowan (1981: 40-43).

No entanto, o comércio franco-otomano foi interrompido pela Revolução Francesa e pelas Guerras Napoleônicas (ISSAWI, 1966: 30). O principal motivo desse aumento até o período da revolução se deve aos avanços tecnológicos na indústria têxtil francesa de algodão. O algodão exportado para a França era produzido na Anatólia Ocidental, Síria e Norte da Grécia (PAMUK, 1984: 105). Nesse sentido, pode-se sugerir que o Império Otomano se tornou uma das fontes de matéria-prima da indústria têxtil francesa de algodão e contribuiu para o desenvolvimento desta.

Por outro lado, esse desenvolvimento refletiu no aumento das exportações de tecidos de algodão da França para o Império Otomano⁴³. A exportação que correspondia a 58.000 peças por ano no período de 1736-41, aumentou para uma média de 85.000 peças por ano, entre 1763-73 (WOOD, 1964: 143). Nesse ponto, deve-se notar mais uma vez que Istambul, juntamente com outros importantes centros comerciais do Oriente Médio, esteve absorvendo a maior parte das importações de tecidos (WOOD, 1964: 144).

A importação destinada ao consumo interno pelos camponeses otomanos era insignificante. Na próxima seção, esse ponto ficará mais claro quando formos discutir sobre a indústria de tecidos de algodão no Império Otomano.

De fato, se suprimirmos o questionamento sobre se a quantidade mencionada de panos franceses exportados para o Império Otomano implica ou não no domínio da França na economia otomana, pode-se perguntar por que a economia otomana não foi uma periferia da

⁴³ Além de tecidos, as exportações francesas consistem em estanho, ferro, papel e ferragens em quantidades desprezíveis (ISSAWI, 1966: 30).

Índia, já que o suprimento de roupas de algodão indianas era tão significativo quanto as roupas francesas nos mercados otomanos.

Aqui, deve-se enfatizar que os importantes avanços tecnológicos da revolução industrial na última década do século XVIII materializaram-se primeiro na indústria de tecidos de algodão devido ao aumento da concorrência nesse mercado. A competição dos países da Europa Ocidental era principalmente contra o domínio incontestável dos panos de algodão indianos nos mercados do Leste e da Europa (CHAUDHURI, 1978: 238-40). A maior parte da população dos países do leste (principalmente os camponeses nas áreas rurais) preferia os panos de algodão, em vez dos panos de linho, lã e seda, devido à oferta abundante de algodão e, portanto, ao seu preço relativamente barato.

Consequentemente, os países da Europa Ocidental pretendiam ter mais participação em um mercado tão grande, a fim de estabelecer um domínio irreversível. Portanto, os desenvolvimentos econômicos no mundo após a revolução industrial devem ser cuidadosamente analisados, porque a divisão do trabalho no sistema capitalista mundial e a consequente dependência e subdesenvolvimento das zonas periféricas foram o produto da revolução industrial. Nesse sentido, pode-se sugerir que o rápido aumento das exportações de algodão cru para a França na última década do século XVIII foi o primeiro sinal da integração do Império Otomano ao sistema capitalista mundial.

À luz das características pré-capitalistas acima mencionadas e dos números relacionados ao comércio entre três importantes países da Europa Ocidental e o Império Otomano, concluímos que a economia otomana realizou desenvolvimentos bastante autônomos e autossuficientes durante os séculos XVII e XVIII. Nesta ocasião, não é pertinente falar sobre um agente externo causador, como a mudança na esfera do comércio internacional, a transformação da formação social otomana após o século XVI e o consequente subdesenvolvimento no século XIX.

Pode-se perguntar por que a economia otomana não era uma zona periférica dependente da Índia, pois havia tecidos de algodão indiano nos mercados otomanos tanto quanto os tecidos franceses no século XIX (PAMUK, 1984: 107). Da mesma forma, como foi observado antes, pode-se levantar a questão de por que a Itália não era uma zona periférica da Inglaterra, pois a seda crua italiana era a fonte básica da indústria da seda inglesa no século XVIII.

Em outras palavras, é preciso enfatizar que uma avaliação tão simples dos padrões comerciais, como alguns historiadores otomanos fizeram, não pode ser tão significativa do ponto de vista da teoria econômica. Torna-se evidente a importância de alguns outros fatores

econômicos e não econômicos para entender as causas reais da dissolução e transformação das sociedades.

II. Características gerais da indústria têxtil otomana

Esta seção tem como objetivo apresentar as características gerais da indústria têxtil otomana durante os séculos XVII e XVIII, a fim de mostrar que não houve graves crises nem colapsos na indústria até o final do século XVIII, conforme sugerido por alguns dos historiadores otomanos⁴⁴. Apesar da existência de muitos documentos e estudos sobre a organização e estrutura da antiga indústria têxtil otomana e seus problemas legais em geral, nosso conhecimento sobre aspectos econômicos e sociais da indústria, métodos e quantidade de produção, bem como o nível de consumo local ainda é muito limitado. No entanto, estudos recentes, tanto em documentos otomanos quanto em fontes europeias, auxiliam no esclarecimento de aspectos mencionados na indústria têxtil dos séculos XVII e XVIII.

Nesta ocasião, existem basicamente dois tipos de fontes que podem ser empregadas. Uma delas é o estudo sobre os registros de *mukataa*, relacionados à arrecadação de impostos sobre as organizações industriais (ERGENÇ, 1988; GENÇ, 1987). A outra é o conjunto de cartas e relatórios escritos pelos cônsules estrangeiros, viajantes e agências de empresas comerciais da Inglaterra e da França, empregadas no Levante. Embora as conclusões dos estudos acima mencionados sejam suficientes para sugerir que a indústria otomana ainda não estava em crise grave no final do século XVIII, trabalhos recentes de alguns historiadores otomanos como Pamuk (1984) e Quataert (1987) sobre o declínio da indústria têxtil no século XIX reforçam a tese sugerida acima. Nesse sentido, resumiremos os estudos relacionados aos séculos XVII e XVIII e, em seguida, apresentaremos as conclusões sobre os trabalhos relacionados ao declínio da indústria têxtil no século XIX.

III. Algodão

A manufatura de produtos de algodão constituiu a espinha dorsal da indústria otomana, uma vez que tem uma ampla utilização para decoração e móveis na sociedade

⁴⁴ Embora a têxtil não tenha sido a única atividade industrial, foi certamente a mais importante e desenvolvida no Império Otomano, bem como em outras sociedades pré-industriais (PAMUK, 1984: 103). Além de têxteis, processamento de couro e cerâmica, foram algumas das outras atividades industriais que aconteceram em áreas urbanas. A indústria têxtil era basicamente composta pelos setores de algodão, seda e mohair. Nesse sentido, estudaremos a situação nesses setores. Um ponto final a ser observado é que as indústrias mencionadas eram simplesmente o artesanato, não as atividades de manufatura que utilizavam máquinas.

otomana⁴⁵. Havia três tipos diferentes de organização na produção de produtos de algodão, embora empregassem a mesma tecnologia; i) produção têxtil urbana, ii) sistema *putting out*, iii) produção têxtil rural (produção familiar)⁴⁶. Enquanto as duas primeiras eram organizações produzindo para o mercado interno e externo, a última era uma atividade de consumo direto (PAMUK, 1984: 107).

Como foi observado antes, cerca de 80% da população total vivia em áreas rurais e suas necessidades de vestuário eram atendidas por eles próprios. Assim, é óbvio que o maior parte dos produtos de algodão eram produzidos nas áreas rurais. Nesse sentido, é comum esperar que o efeito destrutivo dos panos estrangeiros tenha se materializado primeiramente nas organizações produtoras para o mercado interno e externo.

Havia muitos centros urbanos de produção de têxteis de algodão no Império Otomano. Em tais centros, Istambul, Bursa, Hamid Eli, Isparta, Egridir, Bolu, Edirne, Kayseri, Tokat, Kastomonu, Damasco, Aleppo e Diyarbakır foram os centros mais importantes. Na verdade, entre os diferentes centros, havia uma divisão de trabalho. Por exemplo, o pano de algodão, chamado *bogasi*, foi fiado e tecido em Hamid-eli, mas tingido em Bursa. Da mesma forma, existiam grandes centros urbanos em Edirne, Kayseri e Tokat (INALCIK, 1979: 4). Por outro lado, o sistema de *putting out* foi dominante na atividade de fiação. Como já foi mencionado, o fio de algodão era o insumo básico do tecido de algodão e, conseqüentemente, a demanda por fio de algodão era alta para as atividades de tecelagem em teares manuais urbanos. No entanto, como a atividade de fiação não necessitava de mão de obra qualificada, os comerciantes organizaram as mulheres nas áreas rurais para fiar (PAMUK, 1984: 105). A divisão do trabalho reduziu os custos, pois os salários pagos às mulheres eram muito baixos. Ao mesmo tempo, aumentou a oferta de fios de algodão e, conseqüentemente, de tecidos de algodão. O sistema de *putting out* concentrou-se fortemente nas regiões sudeste da Anatólia e norte da Síria. Portanto, eles forneciam principalmente para teares manuais em Damasco, Diyarbakır, Aleppo e Antep (GOYUNC, 1980: 87-88).

⁴⁵ Era esperado pelos seguintes motivos. Em primeiro lugar, as necessidades de vestuário da população rural, que constituíam 80% do total, eram geralmente satisfeitas pelos teares manuais para consumo direto (Pamuk, 1984: 105). Assim, os camponeses estavam preferindo a matéria-prima mais abundante disponível para a fiação e a tecelagem, que era o algodão para o período mencionado. Em segundo lugar, o clima severo do Oriente Médio fez com que as pessoas usassem roupas de algodão e lã em vez de seda e linho.

⁴⁶ Havia três etapas básicas na produção de produtos de algodão; fiação, tecelagem e tingimento. Em primeiro lugar, o algodão em bruto foi fiado para produzir jardas de algodão. Em seguida, o pátio de algodão foi tecido para produzir algodão bom e, finalmente, o algodão bom foi tingido e envidraçado. Embora houvesse nomes diferentes dados aos produtos de algodão de acordo com a cor e o design, eles poderiam ser categorizados como Dölbent (tölbent), Bogasi e Bez (Inalcık, 1979: 19-20).

Embora as informações sobre a extensão e a capacidade do sistema de *putting out* sejam muito limitadas, através dos trabalhos de Faroqhi (1987), Ergenc (1988) e Genç (1987), a atuação do tecido urbano de algodão artesanal no século XVII e os séculos XVIII é mais ou menos clara. Por exemplo, Faroqhi examina a produção de tecido de algodão nas províncias de Aydın, Island, Hamid-eli, Antalya e Teke com seus distritos usando os registros de coletores fiscais (*mültezim*) que cobravam impostos de selo (*damga boğasi*, uma espécie de imposto sobre vendas) sobre tecidos de algodão⁴⁷. Ele investiga essa questão partindo do pressuposto de que o valor do imposto de selo cobrado correspondia mais ou menos ao valor do tecido oferecido à venda. Em outras palavras, os impostos eram cobrados como uma porcentagem da quantidade de tecido colocado à venda.

Assim, se conhecermos o imposto cobrado por unidade e o valor total do imposto arrecadado, uma simples manipulação nos daria uma ideia da extensão da produção de tecidos. Tomando certas precauções para evitar a má interpretação dos registros, uma vez que foram compilados principalmente para fins fiscais, ela sugere que houve uma atividade considerável de tecelagem em conexão com o mercado nas áreas acima mencionadas para o período de 1523-31 (FAROQHI, 1987: 262 -70).

Por outro lado, o estudo de Genç sobre os registros fiscais de selos e tinturaria do século XVIII implica a existência de uma atividade em rápido crescimento no setor de tecidos de algodão pelo menos até 1780. Contudo, os registros estão longe de representar a dimensão da atividade econômica, visto que o montante das receitas repassadas ao Tesouro não se alterou durante o século XVIII. Portanto, Genç fez alguns cálculos nesses registros para entender o volume real da receita tributária (GENÇ, 1987: 346). Este novo sistema denominado *malikane* pelos otomanos era uma versão especial do sistema *iltizam*, com a duração mais longa possível.

O que foi decidido em leilão foi o valor anual (*muaccele*) que deveria ser pago pelos licitantes individuais para obter o direito na fiscal da fazend. Em outras palavras, os compradores potenciais podiam estimar a receita anual gerada pela compra do *malikane* ou *mukataa* e a parte da receita que devia ser paga ao Tesouro e, finalmente, a parte restante era deixada como lucro para eles⁴⁸. De fato, é nesse ponto que Genç inicia seus cálculos, pois assume que haveria uma relação fixa entre o lucro anual acumulado para o comprador de *malikane* e *muaccele*; e para todas as *mukataas* vendidas em leilão no mesmo mercado no

⁴⁷ Mültezim (agricultor fiscal) era a pessoa a quem foi concedido o direito de cobrança de impostos de uma determinada unidade fiscal. Na verdade, o direito foi vendido em leilão a essas pessoas por um ano ou qualquer período de tempo especificado e o sistema foi chamado de produção tributária (*iltizam*) (Genç, 1987: 346).

⁴⁸ Para mais informações sobre o funcionamento do sistema *Malikane*, ver Genç (1975).

mesmo período de tempo. Desse ponto de vista, ele faz um estudo de 150-200 casos no mercado de Istambul, onde mais de 90% dos *malikanes* estavam concentrados durante os períodos de 1700-1820.

Ele encontra taxas de lucro que variam entre 40 a 10 por cento. Em seguida, ele estima uma tendência para as taxas de lucro válidas para todos os *malikanes* vendidos no mercado de Istambul. Conseqüentemente, se soubermos o preço de venda de uma *mukataa* em particular, isso nos permitirá determinar a quantidade aproximada de lucros anuais que a *mukataa* traria ao comprador no ano da compra. Daqui em diante, se tomarmos o lucro líquido do proprietário e adicionarmos a ele o valor do imposto que teve que ser entregue ao Tesouro anualmente (*muaccele*), o valor do qual também foi registrado nos documentos otomanos, então, obteremos o rendimento anual bruto (GAI - Gross Annual Income). Nesse sentido, levando em consideração as alíquotas de impostos, as oscilações do GAI de todos os *malikanes* refletem mais ou menos o volume real da atividade econômica.

Assim, Genç examina os registros fiscais de 21 *mukataa* diferentes que operam em diferentes ramos do comércio e da indústria, aplicando a metodologia acima. Entre eles, encontram-se alguns registros relacionados a têxteis de algodão, imposto de selo, como Kastamonu, Niğbolu, Rusçuk, Hezargrad e Şumnu. Segundo os cálculos de Genç, todos exibem uma atividade crescente até 1780. Por exemplo, enquanto o GAI calculado a partir do imposto de selo têxtil de algodão Kastomonu (*Mukataa-1 Resm-i damga-i Kastomonu*) era de 4.080 kurus em 1740, ele se tornou 7.020 kurus em 1787, o que representa um aumento de aproximadamente 80 por cento (GENÇ, 1987: 371)⁴⁹. Por outro lado, houve um aumento de cerca de 90 por cento no GAI calculado a partir das taxas de selo de têxteis de algodão de Şumnu para o período 1752-82 (GENÇ, 1987: 369). Com efeito, como se deve notar, o aumento da atividade é observado não só na indústria têxtil de algodão, mas também em outros ramos da indústria. Este ponto é importante, pois representa de certa forma uma verificação quantitativa da economia em desenvolvimento pelo menos até o último quarto do século XVIII. É verdade que as estimativas de Genç não refletem o volume absoluto do desenvolvimento econômico, pois podem conter uma margem de erro devido aos custos de tributação e contrabando, como também foi enfatizado por Genç. Contudo, não pode haver dúvida de que as estimativas nos dão uma aproximação muito mais próxima da realidade quando utilizadas para indicar mudanças relativas ao longo do tempo no volume de qualquer

⁴⁹ O kurus otomano era equivalente a 120 akces (GENÇ, 1987: 346).

atividade particular, da mesma forma, o estudo de Ergenç sobre os *mukataa* do século XVIII apoia os cálculos de Genç (ERGENC, 1988: 501-33).

Para interpretar a extensão do desenvolvimento econômico, ele examina diferentes aspectos da *mukataa*, como a mudança nos valores da *muaccele* quando ela é trazida a leilão ou os aluguéis das *mukataa* quando são alugadas entre proprietários de *malikane* por determinado período. de tempo durante o século XVIII. Desse ponto de vista, ele determina as áreas de produção do tecido de algodão e sua extensão no século XVIII. Assim, ele conclui que Kastamonu, Manisa e Hamid-eli com seus distritos foram os centros mais importantes de produção de tecidos de algodão, atendendo a maior parte da demanda interna.

Por outro lado, como enfatizado anteriormente, existem alguns relatórios e documentos privados valiosos que mostram a capacidade de produção e exportação da indústria têxtil de algodão otomana em meados do século XVIII. Um deles foram os relatórios do cônsul francês; M. Peyssonel (INALCIK, 1979: 38-41). Os relatórios foram escritos com o objetivo de enviar informações à França a fim de captar o mercado têxtil otomano. Peyssonel examina as características do mercado otomano e enfatiza a necessidade de reduzir os custos dos produtos de algodão franceses para poder competir com os produtos de algodão otomanos. Em conexão com isso, ele sugere uma série de estratégias ao Governo francês para atingir esse objetivo. Nesse sentido, o trabalho de Peyssonel é bastante importante, pois mostra o fato de que o mercado interno otomano não era dominado pelas nações ocidentais nesse período. Ao mesmo tempo, esses relatórios continham dados quantitativos relacionados com as exportações de produtos de algodão da Anatólia para a região do Mar Negro do Norte (NBSR). De acordo com as estimativas de Peyssonel, a maior parte das necessidades de bens de algodão da NBSR foi atendida pelo Império Otomano⁵⁰. E o alto volume de exportação foi realizado apesar da concorrência de roupas holandesas e indianas no mesmo mercado. Este ponto é crucial, pois dá uma ideia sobre o estágio de desenvolvimento da indústria têxtil de algodão urbana do Império Otomano no século XVIII. Da mesma forma, houve alguns outros exemplos que comprovam o fato de que as técnicas de produção da indústria têxtil de algodão otomana foram desenvolvidas tanto quanto as indústrias da Europa Ocidental. Por exemplo, a técnica das casas de tinturaria de Edirne era tão famosa que as indústrias têxteis de algodão francesas e holandesas trabalharam para copiar essas técnicas por um longo período no século XVIII (SAHILLIOĞLU, 1968b: 68).

⁵⁰ Para mais informações sobre o tipo de bens, seus preços e valor monetário das exportações anuais, ver (Inalcik, 1979: 39).

Portanto, pode-se argumentar a partir dessas informações dispersas que a indústria do tecido de algodão manteve sua posição até o final do século XVIII. Todavia, alguns estudos quantitativos detalhados e também relatórios relacionados à indústria do tecido de algodão do século XIX não deixam dúvidas sobre a veracidade do argumento acima. Conforme explicado na seção anterior, a participação da Inglaterra no comércio otomano total estava em níveis insignificantes no final do século XVIII. No entanto, a crescente competição da Inglaterra contra os produtos de algodão indianos nos mercados da Europa e do Oriente Médio resultou nos avanços tecnológicos na Inglaterra, primeiro na fiação e depois na atividade de tecelagem da indústria têxtil de algodão, que, por sua vez, levou à produção em massa de produtos baratos no início do século XIX. Esses desenvolvimentos direcionaram a Inglaterra e então outras nações ocidentais para o mercado do Oriente Médio, o Império Otomano, tendo uma oferta abundante de matérias-primas e um grande mercado, foi afetado por esses desenvolvimentos.

O impacto dos produtos britânicos na indústria têxtil de algodão otomana foi sentido primeiro na produção de fios de algodão e depois nos tecidos de algodão. Com o crescimento da máquina de fiar na Inglaterra, os fios britânicos mais baratos começaram a substituir os fios otomanos nativos feitos à mão e, conseqüentemente, as importações de fios de algodão começaram a aumentar desde 1820. Como pode ser observado na Tabela 5, ocorrem aumentos consideráveis nas importações de fios de algodão e na participação da Inglaterra entre os períodos 1820-1911.

Tabela: Importações de Têxteis de Algodão do Império Otomano, 1820-1911 (médias anuais, em toneladas)

Fio de algodão

Anos	Importações ⁵¹	A Parte da Inglaterra%
1820-22	150	70
1840-42	2650	79
1870-72	7750	76
1880-82	6500	84
1894-96	11150	76
1909-11	12550	36

Fonte: Pamuk (1984: 111,183).

Mas o primeiro aumento rápido foi realizado no período entre 1820-42. Por outro lado, as importações de tecidos de algodão feitos à máquina para o Império Otomano também aumentaram durante o mesmo período (Tabela 6).

Tabela 6: Importações de Têxteis de Algodão do Império Otomano, 1820-1911 (médias anuais, em toneladas)

Tecidos de Algodão

Anos	Importações ⁵²	A Parte da Inglaterra%
1820-22	450	55
1840-42	4100	68
1870-72	17300	73

⁵¹ As importações totais da região dentro das fronteiras foram determinadas em 1911.

⁵² As importações totais da região dentro das fronteiras foram determinadas em 1911.

1880-82	24700	87
1894-96	26950	81
1909-11	49350	58

Fonte: Pamuk (1984: 111,183).

No entanto, embora o declínio na produção de fios de algodão feitos à mão tenha sido muito rápido, o efeito perturbador dos tecidos de algodão importados nos teares manuais urbanos foi moderado. Dois fatores principais impediram o rápido declínio dos teares manuais. Em primeiro lugar, com a grande importação de fios britânicos, os fabricantes locais puderam aproveitar essa matéria-prima barata. Em segundo lugar, o atraso da Turquia no transporte atrasou a penetração dos produtos de algodão manufaturados europeus nas partes internas do Império (INALCIK, 1979: 55). Nesse ponto, deve ser enfatizado que a manufatura de tecidos de algodão era comparativamente mais difundida do que a produção de fios de algodão, estendendo-se até o interior do Império Otomano. Nesta situação, o declínio percebeu-se anteriormente nas áreas situadas nas proximidades do transporte marítimo que tem contato próximo com a Europa. Por exemplo, embora houvesse 600 teares manuais em Üsküdar no início do século XIX, ele foi reduzido para 21 em 1821 (D. Urquhart, citado em INALCIK, 1979: 49). Todavia, com o passar do tempo, a crise começou a se espalhar em muitas partes do país. Em Tirnova, em 1812, havia 2.000 teares, mas em 1830, havia apenas 200. Na cidade de Halep, em 1884, apenas 150 das 300 fábricas de tecidos de algodão permaneciam (D.Urquhart, citado em SARC, 1966: 48- 49).

Conseqüentemente, o declínio das indústrias urbanas foi mais rápido do que a produção familiar, e este mesmo caso também foi mostrado em jornais e relatórios. Por exemplo, Urquhart afirma que "os lucros foram reduzidos à metade, e às vezes a um terço, pela introdução do algodão inglês, que embora tenha reduzido o preço interno e impedido a exportação de fio de algodão do Império Otomano, ainda não suplantaram a manufatura doméstica em grau visível "(Urquhart, citado em SARC, 1966: 50).

Assim, os números acima são suficientes para propor que o declínio da indústria otomana de tecidos de algodão (que era a espinha dorsal da indústria) se materializou no século XIX.

IV. Seda

A produção têxtil de seda foi outra importante atividade industrial no Império Otomano. Conforme discutido anteriormente, o colapso da manufatura de seda no Império Otomano no final do século XVI é particularmente enfatizado por alguns historiadores como uma das consequências da incorporação à economia mundial capitalista (ver, Barkan, 1963 e Çizakça , 1985). Em primeiro lugar, deve-se notar mais uma vez que a seda era em si uma mercadoria de luxo e, portanto, os produtos de seda geralmente não eram encontrados no pacote de consumo das pessoas que viviam nas áreas rurais que constituíam a maior parte da população⁵³. Desse ponto de vista, propusemos que não é justificável falar da dominação de qualquer país no mercado otomano, vendendo suas mercadorias de luxo às classes altas, mesmo que não houvesse indústria da seda no Império Otomano. No entanto, a existência da manufatura de seda é mais ou menos compreendida através dos trabalhos de Inalcık (1969) e Dalsar (1960) para os séculos XVI e XVII, Ergenç (1988), Genç (1987) e Sahillioğlu (1968a, 1968b) para o século XVIII e Quataert (1987) para o século XIX.

Aqui, apresentaremos brevemente as conclusões dos estudos relacionados aos séculos XVIII e XIX para testar se o declínio relativo na produção de artigos de seda no final do século XVI continuou nos séculos seguintes ou não. Porque as obras de Inalcık e Dalsar demonstram muito bem a existência de uma indústria da seda altamente desenvolvida no Império Otomano, exportando seda leve e pesada de vários tipos para abastecer o mercado interno e externo no século XVI. Nesse sentido, pode ter ocorrido um decréscimo na produção de tecidos de seda no início do século XVII como sugerido, mas isso não poderia ser interpretado como o declínio da indústria, pois os estudos de Genç, Ergenç e Quataert apontam a presença de uma atividade crescente neste setor até meados do século XIX. Os estudos de Genç e Ergenç acima mencionados são os mesmos que empregamos na discussão da indústria têxtil de algodão. Nesta ocasião, Genç examina os registros de Mukataa relacionados ao imposto sobre a impressora têxtil de seda Bursa, imposto sobre tingimento de seda Bursa e imposto de selo sobre têxteis de seda Edirne para anos selecionados entre o período 1750-1836 (GENÇ, 1987: 367-68)⁵⁴.

⁵³ Por exemplo, os livros sobre viagens geralmente enfatizam as diferenças marcantes no vestuário entre as classes administrativas e os camponeses comuns. Essa é a preferência das classes altas, em particular dos estadistas, por roupas de seda como uma mercadoria cara e distinta, ver (Thevenot, 1978: 88-89 e Reyhanlı, 1983: 17-20). O mesmo ponto também é enfatizado em (Dalsar, 1960: 21).

⁵⁴ Bursa, Edirne, Istanbul, Amasya e Halep foram importantes centros de produção têxtil de seda. No entanto, Bursa era o mais importante entre esses centros no que diz respeito à sua capacidade de produção.

De acordo com as estimativas de Genç, houve um aumento de cerca de 10% no volume real da prensa de tecidos de seda Bursa e atividades de tingimento de seda entre os anos 1750-1780. Enquanto isso, o imposto de selo dos têxteis de seda de Edirne diminuiu consideravelmente no período 1774-1788, mas aumentou novamente cerca de 50% entre o período 1793-1805. Assim, Genç argumenta que o aumento da atividade em dois centros importantes é um bom indicador da existência da indústria têxtil de seda no Império Otomano. Por outro lado, Ergenc examina os registros e documentos de Kadi de *mukataa* pertencentes a diferentes estágios da produção de tecido de seda [fiação (Mancinik mukataası), tecelagem (Mizan-3-harir mukataası), tingimento (Boyahane nukataası) e vitrificação (Mengene mukataası)].

Como se observou antes, ele não produz nenhuma série quantitativa relacionada ao volume real da produção de tecidos de seda, mas tenta tirar algumas conclusões qualitativas indicando a seriedade da produção de tecidos de seda no Império Otomano durante o século XVIII. Por exemplo, Ergenc determina que um proprietário *malikane* em Bursa aluga sua *mukataa* para 15.000 kurus por um ano em 1747 sob a condição de que o proprietário *malikane* também receba uma certa parte do imposto coletado além do aluguel (Esta *mukataa* estava relacionada à tributação da seda crua trazida à atividade de fiação em Bursa. Portanto, havia uma correlação direta entre a lucratividade da *mukataa* e a extensão da atividade de fiação ou uma correlação negativa entre a lucratividade da *mukataa* e as exportações de seda crua de Bursa).

Em seguida, Ergenç faz alguns cálculos (considerando que o proprietário do *malikane* e o inquilino tinham lucros iguais) para estimar os lucros totais prováveis acumulados para o inquilino e o proprietário do *malikane*, e chega à conclusão de que o nível do lucro total acumulado para o proprietário do *malikane* e o inquilino era bastante alto. Por conta disso, ele propõe que a maior parte da seda crua produzida e trazida para Bursa foi consumida também em Bursa, o que implica na demanda contínua dos produtores de fios de seda, pois a seda crua era tributada antes da atividade de fiação (ERGENÇ, 1988: 509-513). Da mesma forma, ele encontra um aumento no número de teares manuais e mancınıks (a ferramenta que gira a seda crua) entre os anos de 1723-1747.

Por outro lado, ele enfatiza que os impostos arrecadados com os produtos da seda têm uma participação importante na produção total disponível nas várias *mukataas*. Outra fonte importante sobre a indústria da seda otomana do século XVIII e, em particular, sobre a indústria da seda de Bursa, foram os relatórios dos cônsules franceses. Esses relatórios também foram escritos com o objetivo de enviar informações à França para estabelecer

estratégias para minar a indústria da seda otomana (SAHILLIOĞLU, 19682: 61-66). Na verdade, este é o indicador mais importante da seriedade da indústria da seda de Bursa. Ao mesmo tempo, eles contêm algumas informações quantitativas sobre a extensão da capacidade de produção. Por exemplo, havia cerca de 2.000 teares manuais operando ativamente em Bursa em meados do século XVIII. Da mesma forma, afirma-se que havia cerca de 2.000 teares manuais em Istambul durante os mesmos períodos (SAHILLIOĞLU, 1968a: 61-63).

Além disso, entende-se a partir desses relatos que a maior parte da seda crua de Bursa foi enviada para outros centros de produção de tecidos de seda do Império Otomano, como Istambul, Halep e Edirne (SAHILLIOĞLU, 1968a: 61). Por outro lado, outro relatório escrito por um viajante inglês no final do século XVIII afirma que, apesar da competição das sedas chinesas e de Lyon, o preço dos produtos de Bursa não diminuiu e cerca de 100.000 peças de tecido de seda estavam sendo exportadas (SARC, 1966: 49).

Por fim, o estudo de Quataert demonstra como a fabricação de tecidos de seda de Bursa, que durou séculos, entrou em colapso e a região se voltou para a produção de apenas matérias-primas básicas utilizadas na tecelagem de seda, ovos de bicho-da-seda, casulos e seda crua para fábricas de tecelagem europeias em resposta à competição francesa e italiana em meados do século XIX (QUATAERT, 1987: 285-87).

Quataert discute as consequências das melhorias tecnológicas introduzidas na bobinagem, mas não no segmento de tecelagem da indústria, que implica a mudança da produção de commodities acabadas para a primária, e descreve os elementos estrangeiros e indígenas envolvidos nessas mudanças. Ele apoia os argumentos quantitativamente e ilustra os mecanismos de transferência de uma região para uma zona dependente especializada apenas na produção de seda crua. Assim, pode-se argumentar que as conclusões dos estudos e relatórios acima mencionadas indicam que não houve uma crise grave e colapso na indústria do tecido de seda até o final do século XVIII, como é sugerido por alguns dos historiadores otomanos.

IV. Bens de Mohair

Como foi discutido anteriormente, o fio e o tecido de mohair estavam entre as mercadorias mais importantes comercializadas do Império Otomano. O fio mohair foi produzido a partir das cabras angorá, que foram criadas apenas em Ancara.

Consequentemente, o fornecimento de tecido de mohair era limitado. Ao mesmo tempo, era um tecido de qualidade superior e, portanto, dirigido ao pacote de consumo das classes altas, tanto no Império Otomano como no exterior.

A extensão e a importância da produção de tecido de mohair (*sof*) em Ancara para o século XVI é mais ou menos conhecida através do trabalho de Ergenç (1980). Por outro lado, a fonte mais importante para os séculos XVII e XVIII é a obra de Faroqhi (1982). Faroqhi demonstra a presença da manufatura de sof altamente desenvolvida em Ancara ao longo do século XVII e conclui que o colapso definitivo da indústria remonta ao início do século XIX. Ela chega à conclusão comparando as estruturas quantitativas e qualitativas dos teares manuais em Ancara para os períodos 1593-1602 e 1687-1693. Na verdade, o estudo de Masson sobre a exportação de tecido de mohair do Império Otomano para a França apoia as conclusões de Faroqhi. Pois, ele estima uma quantidade considerável de exportação de tecido de mohair para a França até o século XVIII (MASSON, 1911: 457, apud FAROQHI, 1982: 252).

Por outro lado, o estudo de Ergenç sobre mukataas relacionadas à região de Ancara demonstra a presença da atividade de manufatura de sof em Ancara tanto quanto a indústria da seda de Bursa no século XVIII (ERGENÇ, 1988: 518). Aqui, Ergenç (1988) enfatiza o aumento da produção de fios de mohair no século XVIII em comparação com a produção de tecido de mohair de acordo com a crescente demanda externa por fios de mohair (Ergenç, 1988: 515). De fato, as conclusões de Ergenç apoiam o argumento de Masson sobre o declínio na exportação de tecido de mohair após o início do século XVIII. No entanto, a queda nas exportações não impediu a presença da indústria ao longo do século XVIII. Isso também é enfatizado nos relatórios dos cônsules franceses relacionados à vida econômica em Ancara. Conforme declarado nesses relatórios, a produção de fios e tecidos de mohair era a atividade econômica mais importante em Ancara em meados do século XVIII (SAHILLIOĞLU, 1968a: 65-66).

Até agora, discutimos a estrutura geral da indústria têxtil otomana nos séculos XVII e XVIII a partir de fontes secundárias. Apesar da insuficiência dos dados empíricos, pode-se sugerir que não houve uma crise grave ou colapso da indústria têxtil otomana pelo menos até o final do século XVIII devido à competição de produtos têxteis importados dos países da Europa Ocidental. Em outras palavras, os produtos têxteis importados eram um tipo de artigo de luxo dirigido ao consumo das classes altas no mercado otomano e, portanto, não podiam causar o declínio da indústria.

Capítulo 4

INTEGRAÇÃO E SUBDESENVOLVIMENTO: FATORES NÃO-ECONÔMICOS⁵⁵

Até agora, as características gerais da economia otomana, sobretudo nos séculos XVII e XVIII, foram discutidas. Com base nessa discussão, pode-se sugerir que a economia otomana seguiu um caminho de desenvolvimento bastante autônomo pelo menos até o século XIX. A estrutura do comércio, indústria e organização das unidades de produção na agricultura otomana permaneceram mais ou menos em suas formas tradicionais. Ou seja, não houve crise séria na indústria, e a economia otomana não se reduziu ao papel de fonte de matérias-primas para as economias da Europa Ocidental. Nesse sentido, não se justifica falar da dependência da economia otomana das economias da Europa Ocidental.

Contudo, é inegável a transformação provocada pela Revolução Industrial nas interações econômicas da região do Mediterrâneo, o que revelou no século XIX a estrutura econômica do Império Otomano enquanto subdesenvolvida e dependente. Alguns eventos, como tratados anteriormente, nos sinalizam essa dependência, tal como o aumento da dívida externa na década de 1850, que resultou no estabelecimento da *Düyun-u Umumiye* em 1881 ou a monetização da economia, que coincidiu com o estabelecimento de bancos, sinalizando a dependência da economia otomana no século XIX (ERGIL, RHODES, 1975).

O Império Otomano e os outros países europeus enfrentaram transformações econômicas externas e demográficas semelhantes após o século XVI, conforme vimos no capítulo 2. Por outro lado, também há o desenvolvimento relativamente autônomo do Império Otomano simultaneamente durante este período, conforme visto no capítulo 3. Então pode-se sugerir que explicar o subdesenvolvimento do Império Otomano no século XIX exige a consideração de fatores não-econômicos internos ao Império.

Neste ponto, deve ser enfatizado mais uma vez que apesar das consideráveis diferenças metodológicas, bem como a disparidade entre os períodos sugeridos enquanto momento de incorporação à economia mundial, a prioridade dada aos fatores *econômicos externos* na explicação da trajetória específica do desenvolvimento do Império Otomano é o cerne tanto na teoria do sistema-mundo, quanto entre os historiadores influenciados pela Escola dos Annales.

⁵⁵ Compreendido basicamente como os fatores de cunho político, social e cultural.

Esta pesquisa, portanto, não rejeita a importância dos fatores econômicos externos na transformação das sociedades, mas enfatiza o papel dos fatores não econômicos ou das superestruturas, particularmente nas sociedades pré-capitalistas, moldando a maneira e a extensão das mudanças nos sistemas de produção e nas relações sociais de produção. Não se pretende, aqui, fazer uma teorização sobre esses fatores não econômicos determinantes da trajetória de desenvolvimento do Império Otomano mas propor o alargamento das variáveis em consideração para os estudos sobre a integração ao sistema capitalista mundial, seus agentes motores e principais consequências econômicas estruturais, isto é, que perduram com o decorrer do tempo e se mantêm mesmo frente às transformações conjunturais.

I- O poder central Otomano

De modo geral, podemos pensar os mencionados fatores não econômicos enquanto materializados e sintetizados na política de estado otomana e nas práticas culturais relativas ao sultanato, sobre as quais esta pesquisa não entra a fundo. Essa política de Estado, contudo, vale ressaltar, baseava-se principalmente no centralismo e no conservadorismo. Na verdade, o centralismo era uma consequência natural de ser um Império, já que os governadores estavam em posição de manter sua autoridade na sociedade. Nesse ponto de vista, houve uma estrita intervenção estatal sobre o funcionamento da vida econômica e social em grande parte do Império, a fim de prevenir uma provável instabilidade que poderia constituir um perigo para a existência e autoridade do Império. Não se pode afirmar que o estado otomano sempre conseguiu manter a estabilidade econômica e social, pois houve muitos exemplos de instabilidade após o século XVI, como as rebeliões Celali, contrabando, inflação alta e problemas de abastecimento de vilas e cidades, incluindo Istambul. Contudo, a intervenção foi geralmente implementada em resposta a essas instabilidades temporárias, o que pouco difere da postura dos Estados europeus ocidentais (PAMUK, 1988: 221-27).

Obviamente, a condição mais importante e necessária para a realização do centralismo: era o poder financeiro do Estado. Ou seja, havia uma correlação direta entre a instabilidade econômica e social e a dificuldade financeira do Estado. Portanto, o fiscalismo e o provisionismo para atender à demanda de subsistência das cidades, vilas e áreas rurais para manter o sistema de produção existente e as relações sociais de produção foram a base do centralismo do sultanato (TOPRAK, 1988: 193-95).

Por conta disso, a intervenção do Estado otomano pode ser classificada em três grupos diferentes; nomeadamente, na esfera da produção, troca e distribuição. O objetivo mais importante da intervenção estatal na esfera da produção era preservar a integridade das pequenas propriedades camponesas no sistema çift hane, que formava a base da autoridade política do Estado, além de ser uma importante fonte de receita. Até o século 17, o sistema timar forneceu a estrutura administrativa para a intervenção do Estado para manter as pequenas propriedades camponesas na agricultura. Porém, o sistema tributário posterior substituiu o sistema timar devido a desenvolvimentos familiares aos leitores da história otomana (GENÇ, 1975: 231-45). De fato, o arcabouço administrativo e legal da agricultura tributária deu muito mais liberdade aos nódulos locais para acumular capital e unificar essas pequenas propriedades em grandes fazendas, limitando a liberdade dos camponeses. No entanto, como é discutido na seção de debate çiftlik, as pequenas propriedades continuaram a prevalecer na maior parte do Império, mesmo no século XIX. O estado estava tentando proteger o status de livre dos camponeses e limitar o poder financeiro e político das elites locais sobre os camponeses tanto quanto possível dentro da estrutura legal do sistema tributário. Consequentemente, houve uma luta contínua entre esses notáveis locais e o estado após o século XVI (PAMUK, 1988: 153-56).

Embora a literatura sobre a estrutura político-jurídica e o papel econômico das elites locais e sua relação com o estado central seja limitada, os estudos existentes fornecem pistas importantes sobre o assunto. Por exemplo, Cezar (1977) aponta um dos principais fatos estruturais pelos quais o estado central manteve sua força contra os ayans (poderes locais): a instituição do Mūsadere (Confisco) permitindo uma redistribuição das fontes de riqueza que haviam sido apropriadas por um Ayan e este havia falecido (CEZAR, 1977: 41-79). Assim, a administração central se beneficiou de duas maneiras; primeiro, o confisco proporcionou uma vantagem financeira ao Tesouro, uma vez que as terras e bens de um ex-Ayan foram revendidos em dinheiro; em segundo lugar, limitou as tentativas dos parentes do falecido Ayan de reter seu poder político. Houve exceções em que o estado não pôde impedir essa retenção de poder, mas Cezar (1977) não descarta o confisco como uma das instituições cruciais onde o Estado manteve seu poder contra os Ayans, uma vez que em certos casos os confiscos foram praticados mesmo que o proprietário ainda estivesse vivo, mas concentrasse em demasia (CEZAR, 1977: 56).

Similarmente, o trabalho detalhado de Faroqhi (1986) sobre as atividades econômicas e políticas dos Ayan na região de Edremit aponta as limitações do poder desses notáveis locais (FAROQHI, 1986: 29). Faroqhi descobriu que os objetivos políticos dos Ayan não iam

além da arrecadação de impostos locais ou da concessão de empréstimos às pessoas em nível provincial. O objetivo mais importante dos Ayan era tornar-se e permanecer rico, em vez de mudar os métodos e propósitos da produção existente.

Além disso, a região era especializada na produção de azeite, o que exigia orientação para o mercado. Nesse ponto, Farouqhi afirma que a produção foi orientada para o atendimento do mercado interno e não, externo. Assim, as atividades políticas e econômicas dos Ayan quase não coincidiam com as políticas do Estado central.

Por outro lado, a produção não agrícola nas cidades estava sujeita aos regulamentos do sistema de guildas. O sistema foi organizado com base em princípios éticos e não em condições orientadas para o mercado. Nesse sentido, a dinâmica interna do sistema não permitiu a acumulação de capital nem o desenvolvimento tecnológico. Portanto, o estado tentou controlar o sistema de guildas para mantê-lo em sua forma tradicional, consistente com sua política centralista. Porém, não se pode sugerir que o estado foi totalmente bem-sucedido em manter o sistema tradicional de guildas em todo o Império. Junto com a ascensão de notáveis locais no século XVII, o sistema também foi distorcido em algumas partes do Império (PAMUK, 1988: 174).

Contudo, a luta do Estado para evitar a distorção se manteve constante e o sistema de guildas prevaleceu mais ou menos em sua forma tradicional até o século XIX (TOPRAK, 1988: 196). Ao mesmo tempo, a intervenção do Estado na esfera da produção também se deu na esfera da distribuição, pois a política do Estado visava manter intactas as pequenas propriedades camponesas para limitar as receitas e a autoridade dos notáveis locais.

Por outro lado, o Estado também interveio na esfera das trocas, trazendo uma racionalidade não mercantil às relações de troca, visto que existia uma regulamentação rígida tanto para o comércio interno quanto para o externo. Por exemplo, as transações internas estavam sujeitas aos regulamentos de *hisba* impostos pelo Estado (ISLAMOĞLU, 1987b: 103). O estado também direcionou o fluxo de produtos agrícolas para áreas pré-determinadas para atender às demandas de vilas e cidades (particularmente Istambul) como parte de sua política de abastecimento.

Em um de seus trabalhos sobre o tema, Farouqhi (1987b) busca mostrar a intervenção do Estado central determinando a forma e a extensão da produção e da troca em diferentes províncias do Império em um exemplo particular de Tekirdağ-Rodoscuk para garantir o abastecimento de Istambul. Da mesma forma, o provisionamento de vilas e cidades e as considerações fiscais foram os princípios mais importantes seguidos pelo Estado nas transações externas. Nesse sentido, as exportações eram função do provisionamento das

vilas e cidades e, portanto, da anuência do Estado. No entanto, a importação foi incentivada pelo estado, pois fornecia uma receita por meio de taxas alfandegárias e apoiava o abastecimento de cidades e vilas. Por exemplo, em 1555, há registros de que houve escassez de pão em Istambul por três dias.

Por conta disso, o Estado central proibiu imediatamente a exportação de grãos. Por conseguinte, a proibição da exportação de alimentos rapidamente se tornou a regra. Por volta de 1574, o Estado impôs uma regulamentação estrita sobre o fluxo de grãos no que diz respeito às transações internas e externas (MCGOWAN, 1981: 35). O princípio de controle do Estado sobre o comércio de grãos foi incorporado também às chamadas "capitulações" (acordos comerciais na forma de contratos bilaterais) concedidas à França (1673 e 1740), Inglaterra (1675), Holanda (1680) e Rússia (1783) (MCGOWAN, 1981: 36). Da mesma forma, o Estado poderia proibir a exportação de matérias-primas industriais, tal como ocorreu sobre exportação de algodão cru na segunda metade do século XVII (FAROQHI, 1987b: 242).

Ao mesmo tempo, os mercados e o comércio eram importantes fontes de receita para o Estado como parte da política fiscalista na forma de taxas alfandegárias, taxas de mercado e vendas de concessões aos mercadores. Portanto, um aumento no número de mercados não pode ser simplesmente aceito como um indicador de aumento da comercialização porque o estado licenciou os mercados mais de acordo com as considerações fiscais do que com as econômicas (FAROQHI, 1979: 130). Em outras palavras, como afirma Islamoglu: "a maior integração da economia familiar camponesa na sociedade de mercado não foi em grande parte uma função do envolvimento direto dos camponeses no mercado, mas ocorreu por meio da arrecadação de impostos" (ISLAMOĞLU, 1987b: 104).

Neste ponto, é preciso enfatizar que a intervenção estatal influenciou não apenas na esfera da produção e comercialização, mas também nos diversos aspectos da vida institucional e social. Nesse sentido, a influência da intervenção estatal nos movimentos demográficos discutidos neste estudo (capítulo 2) constituem um bom exemplo para se ter uma ideia sobre o papel do Estado. Além disso, outro objetivo importante da intervenção do Estado nos mercados de comércio era evitar a acumulação excessiva de ganhos comerciais que podem ser considerados como o outro lado da intervenção na esfera da distribuição. Assim, a estrutura político-jurídica do estado e sua luta contra as elites locais para manter sua autoridade como parte de sua política de centralismo se destaca como um importante fator não-econômico determinando o caminho de desenvolvimento específico do Império Otomano.

Até o momento, foi enfatizada a importância da intervenção do Estado no funcionamento da Economia Otomana como parte da política de centralismo do Estado. Consistente com essa política, a execução de políticas conservadoras ou não receptivas foi uma das características proeminentes de impérios como o Otomano (EISENSTADT, 1967; 1-10). Para manter o modo de produção tradicional, o conservadorismo evoluiu principalmente na contramão dos novos desenvolvimentos externos, em particular, dos desenvolvimentos científicos. A capacidade científica do Império Otomano não era menor do que a dos países europeus até o desenvolvimento econômico, geográfico e científico que aconteceu na Europa Ocidental no século XVII. Todavia, uma atitude aparente em oposição à ciência foi desenvolvida no Império Otomano, uma vez que os desenvolvimentos no Ocidente eram considerados uma consequência do fanatismo e do ateísmo (YURDAYDIN, 1988; 240). Em conexão com isso, a importância dos cursos de Matemática, Astronomia e Filosofia começaram a diminuir nos programas educacionais das Medrese (escolas islâmicas para educar muçulmanos e futuros agentes do governo) no século XVII. Em vez disso, os cursos de assuntos religiosos foram substituindo os cursos acima mencionados. Somado a isso, poucos livros foram traduzidos para a língua otomana.

II- Isolamento científico e intelectual

O baixo nível intelectual de professores e administradores da Medrese era uma consequência notável dessa postura anti-cientificista (YURDAYDIN, 1988; 293-294). No entanto, o exemplo mais notável foi a introdução da Imprensa no Império Otomano, foi ela que teve um amplo uso na Europa no início do século XVI e foi trazida com grande dificuldade para o Império Otomano por Ibrahim *Mütefferika* em 1727.(ADIVAR, 1970; 180).

Da mesma forma, os avanços na ciência médica não foram seguidos. Os métodos antigos dos séculos XV e XVI foram empregados entre os pensadores do Império apenas nos séculos XVII e XVIII (YURDAYDIN, 1988; 248). Em suma, podemos dizer que o isolamento da intelligentsia otomana se deu por junto desse desconhecimento dos desenvolvimentos científicos e tecnológicos do Ocidente, ambos resultado das políticas conservadoras ou da postura não-receptivas do Estado. Por exemplo, enquanto os países da Europa Ocidental eram continuamente enviados consulares e viajantes ao Império Otomano para acompanhar os desenvolvimentos econômicos e sociais após o século 16, o primeiro consular otomano permanente foi enviado para a Europa em 1791.

Assim, pode-se sugerir que a preocupação dos europeus ocidentais com os desenvolvimentos tecnológicos e seu sucesso na ciência foram as razões básicas que os levaram à Revolução Industrial e posição central na economia mundial⁵⁶. Aqui, deve-se enfatizar que não havia um fator exógeno importante que pudesse impedir o Império Otomano de se beneficiar do desenvolvimento econômico e científico ocorrido na Europa Ocidental. Na verdade, o desconhecimento da sociedade otomana a partir dos desenvolvimentos científicos não pode ser explicado apenas pelas políticas conservadoras ou não receptivas do Estado. Porque havia diferenças cruciais nas vidas materiais das sociedades ocidentais e da sociedade otomana. Essas diferenças, como o uso e o costume da religião, foram originadas basicamente de fatores não econômicos. Este fato tornou-se aparente pelo trabalho de Jones (1987) que examina o milagre europeu especificando as impressionantes diferenças não econômicas entre as sociedades oriental e ocidental, e livros de viagens escritos por viajantes que visitaram o Império Otomano no século XVI.

Um dos pontos notados por quase todos os viajantes assim que chegaram às terras otomanas foi a notável diferença da vida material otomana em relação à dos europeus. Por exemplo, simplicidade de casas e roupas (ou seja, não havia fechadura, chaves, mesas, etc. nas casas), monotonia de cores, diferenças de hábitos de consumo (muito pouco consumo no Império Otomano), falta de mentalidade comercial (por exemplo, a distribuição gratuita de alimentos em caravanserais e fundações confundia todos os viajantes), foram alguns dos pontos enfatizados por todos os viajantes. Em outras palavras, pode-se sugerir que a sociedade otomana tinha uma estrutura tradicional, percebendo o mundo como uma residência temporária. Portanto, a variação do consumo ou da demanda do mercado era muito limitada. Por outro lado, Jones enfatiza a integridade da estrutura socioeconômica europeia e esclarece os fatores econômicos e não econômicos que diferenciam o Império Otomano dessa estrutura.

De acordo com Jones (1987), o uso de diferentes calendários na Europa e no Império Otomano até o século XX era um bom indicador de por que o Império Otomano não tinha sido uma parte integrante do sistema europeu. Conseqüentemente, além das políticas de Estado, o papel dos fatores não econômicos específicos da sociedade otomana na formação da estrutura não receptiva não pode ser subestimado. No entanto, a determinação de como esses fatores surgiram e interagiram uns com os outros ao longo da história e como eles

⁵⁶ Para além das práticas de colonização da América, Ásia e África, bem como criação de instituições e tratados que lhes garantia domínio e monopólio.

influenciaram a dinâmica de desenvolvimento do Império Otomano, juntamente com as políticas de estado, exigem estudos detalhados sobre Sociologia e Antropologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, duas hipóteses são sugeridas neste estudo. Em primeiro lugar, propõe-se que a incorporação e a dependência do Império Otomano à economia mundial não se concretizaram até o século XIX, mas tiveram momentos consideráveis desde o século XVI. Em conexão com isso, o papel dos fatores não econômicos internos na transformação da formação social otomana também foi enfatizado a fim de ampliar os horizontes das principais análises sobre o caso. Portanto, pode-se sugerir que o subdesenvolvimento do Império no século XIX também foi produto de fatores internos não econômicos. No entanto, deve ser ressaltado mais uma vez que este estudo não refuta a importância dos fatores externos. Desse modo, busquei argumentar como a dinâmica externa e interna estão correlacionadas, o que evidencia o limite explicativo das abordagens que recorrem a um certo determinismo unilateral para explicar o sub-desenvolvimento otomano pela via da econômica externa, tanto pela abordagem do sistema-mundo e a teoria centro-periferia ou da teoria da dependência (WALLERSTEIN, 2004; GUNDER FRANK, 1967).

Como visto no início deste trabalho, o Liberalismo fundou as bases da ordem social e da liberdade econômica em preceitos de igualdade enquanto igualdade de condições, o que desloca a desigualdade entre os homens, grupos e nações para o campo do mérito e do esforço do trabalho, invisibilizando as questões sociais e históricas que regem a economia. Desse modo, se torna legítimo que numa sociedade alguns indivíduos dominem o mercado e os meios de produção. O fato é que as dimensões da desigualdade do desenvolvimento, observadas entre as diferentes nações, tornaram-se muito mais severas no século XX. Hoje, existem basicamente três grupos diferentes de países que podem ser classificados de acordo com critérios econômicos e sociais: países desenvolvidos, países em desenvolvimento e países subdesenvolvidos.

Dessa forma, convém compreender a incorporação do Império Otomano ao Capitalismo mundial enquanto fruto de um processo de longa duração e co-constitutivo de inúmeros fatores econômicos e não-econômicos, externos e internos, de tal modo que tal divisão é, na verdade, apenas um recurso analítico de categorização, dada a

interconectividade que podemos observar entre os fatores que confluem no processo de integração. Proponho, portanto, compreendermos a economia otomana como uma variável atuante na própria estruturação do capitalismo mundial, ao passo que também enfrentava constantemente forças centrípetas que deslocavam o Império Otomano para as margens desse sistema. Este processo, conforme vimos, desacelerou seu crescimento industrial em função da produção do que hoje seria chamado de *commodity*, e também criou novos parâmetros de desenvolvimento que era exógenos à sociedade e cultura otomana. Desse modo, embora a inserção tenha sido fonte de lucro para os proprietários de terra e a elite otomana, o que provocou crises internas, como inflação e desestruturou as políticas de bem-estar social que vigoravam através do sistema *imaret*. Sendo assim, difícil ou pouco plausível atribuir um caráter valorativo ao processo de inserção, posto que, em um momento foi parte do desenvolvimento e da modernização otomana, ao passo que também desestruturou o Império Otomano, e, portanto, foi fundamental no nascimento da República da Turquia

Por fim, termino este trabalho propondo a reativação dos estudos de integração econômica não só pelo potencial que este tema tem em nos ajudar a compreender a estruturação da Economia da forma como observamos hoje, mas também pela importância de ampliarmos os paradigmas teóricos para além das abordagens mainstream destacadas nos capítulos iniciais desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. São Paulo: UNESP/Contraponto. 1996.
- ADIVAR A.A. **Osmanlı Türklerinde İlim**. Remzi Kitabevi, İstanbul, 1970.
- AKDAG, M. **Celali İsyanlari**. Ü. Yayınları, Ankara, 1963.
- ASTON, T.H; e PHILPIN, C.H.E. **The Brenner Debate**. Cambridge University Press, Cambridge, 1987.
- BARKAN, Ö.L. **XVI. Asrın ikinci yarısında Türkiye'nin Geçirdiği İktisadi Buhranların Sosyal Yapı Üzerindeki Tesirleri**. İktisadi Kalkınmanın Sosyal Meseleleri, Ekonomik ve Sosyal Etüdler Konferans Heyeti, İstanbul Matbaası, İstanbul, pp. 17-37, 1963.
- , **Onaltıncı asrın ikinci Yarısında Türkiye'de Fiat Hareketleri**, Belleten, pp. 136, 557-607, 1972.
- , **Research on the Ottoman Fiscal Surveys**. em COOK (edição 1970), Studies in the Economic History of the Middle East, Oxford University Press, London, pp. 163-171, 1970b.
- , **The Price Revolution of the 16th Century: A Turning point in the Economic History of the Near East**. International J. of Middle East Studies, VI, pp. 3-28, 1975.
- BENNET, H.S. **Life on the English Manor**?. Cambridge University Press, Cambridge, 1962.
- BERKES, N., **100 Soruda Türkiye İktisat Tarihi**. Gerçek Yayınevi, İstanbul, 1978.
- BERKTAY, H., **Tarih Çalışmaları" in Cumhuriyet Dönemi Türkiye Ansiklopedisi**, Vol. 9, pp. 2546-78, 1983.
- BLOCH, M. **Avrupa Toplumlarının Karşılaştırmalı Tarihi için**” em A. Boratav (edição: 1985), Tarih ve Tarihci, Alan Yayıncılık, İstanbul, pp. 20-50, 1985.
- BRAUDEL, F. **The Mediterranean and the Mediterranean world in the Age of Philip II**, Vol.1, Fontana, London, 1972.
- , **The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II**, Vol.2, Harper and Row, New York, 1973.
- BRENNER, R. **Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe**. Past and Present, No.70, 15-69, 1976.
- , **The Origins of Capitalist Development: A Critique of Neo-Smithian Marxism**. New Left Review, Vol.104, pp. 25-93, 1977.
- , **Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe**, em T.H Aston and C.H.E Philpin (edição: 1987), The Brenner Debate, Cambridge University Press, Cambridge, pp.107-119, 1987.

- BOIS, G. **Against the Neo-Malthusian Orthodoxy**. em T.H Aston and C.H.E Philpin (edição: 1987), *The Brenner Debate*, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 7-119 1987.
- CEZAR, Y., **Bir Azanın Muhallafatı**. *Belleten*, XLI, pp. 161, 41-79, 1977.
- CHAUDHURI, K.N. **The English East India Company: The Study of an Early Joint-Stock Company(1600-1640)**. Reprints of Economic Classics, New York, 1965.
- , **The Trading World of Asia and the English East India Company (1660-1760)**. Cambridge University Press, Cambridge, 1978.
- CIZAKÇA, M. **Incorporation of the Middle East into the European World Economy**. *Review*, VII, 3, pp. 353-77, 1985.
- COOK, M.A., **Population Pressure in Rural Anatolia 1450-1600**. Oxford University Press, London, 1972.
- DALSAR, F. **Türk Sanayi ve Ticaret Tarihinde Bursa'da İpekçilik**. I.Ü. Yayınları, İstanbul, 1968.
- BARREIROS, Daniel. **Debates sobre a Transição: ideias e intelectuais na controvérsia sobre a origem do capitalismo**. Niterói, EDUFF, 2008.
- DAVIS, R., **English Imports from the Middle East 1580-1780**. em Cook (edição: 1970), *Studies in the Economic History of Middle East*, London, pp. 193-206, 1970.
- DOBB, M. **Studies in the Development of Capitalism**. Routledge and Kegan Paul, London, 1978a.
- , **The Transition from Feudalism to Capitalism**. Verso, London, pp. 57-68, 1978b
- EARLE, P. **Essays in European Economic History. 1500-1800**, Oxford, 1937.
- EISENSTADT, S.N., **The Decline of Empires**. Prentice Hall, New Jersey, 1967.
- ERDER, L. **The Measurement of Pre-Industrial Population Changes: The Ottoman Empire from the 15th to 17th centuries**. *Middle Eastern Studies*. XI, 3, pp. 284-301, 1975.
- ERGENC, Ö. **Ankara İktisadi Tarihine Ait Araştırmalar**. em Okyar (edição: 1975), *Türkiye İktisat Tarihi Semineri*, H.Ü. Yayınları, Ankara, pp. 145-169, 1975.
- , **XVIII. Yüzyılda Osmanlı Sanayi ve Ticaret Hayatına ilişkin Bazı Bilgiler"**, *Belleten*, LII, pp. 203, 501-533, 1988.
- ERGİL, D.; RHODES, R. I. **Western capitalism and the disintegration of the Ottoman empire, *Economy and History*, 18:1, 41-60, 1975.**
acesso: <https://doi.org/10.1080/00708852.1975.10418919>
- FAROQHI, S. **Rural Society in Anatolia and the Balkans during the Sixteenth century I**. *Turcica*, IX, pp. 1, 161-195, 1977.

- , **Rural Society in Anatolia and the Balkans during the Sixteenth century II.** Turcica, XI, pp. 103-153, 1979a.
- , **Istanbul'un taşesi ve Tekirdağ-Rodosçuk Limanı(16.-17. Yüzyıllar).** METU Studies in Development, Special Issue, pp. 139-155, 1979.
- , **Onyedinci Yüzyıl Ankara'sında Sof İmalatı.** İktisat Fakültesi Mecmuası (Ö. L. Barkan'a Armağan), 1982.
- , **Wealth and Power in the Land of Olives : Economic and Political Activities of Müridzade Hacı MehmetAga.** METU Economic Research Center. Working Paper, 1986a.
- , **Agriculture and Rural Life in the Ottoman Empire (1500-1878)**”, METU Economic Research Center, Working Paper, 1986b.
- , **Notes on the Production of Cotton cloth in Sixteenth and Seventeenth Century Anatolia.** em H. İslamoğlu (edição: 1987), *The Ottoman Empire and the World Economy*, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 262-270, 1987b.
- , **The Venetian Presence in the Ottoman Empire (1600-1630).** em İslamoğlu (edição: 1987), *The Ottoman Empire and the World Economy*, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 311-344, 1987b.
- GENÇ, M. **Osmanlı Maliyesinde Malikane Sistemi.** em Okyar (edição: 1975), *Türkiye İktisat Tarihi Semineri*, H.Ü. Yayınları, Ankara, pp. 231-292, 1975.
- , **A Study of the Feasibility of Using Eighteenth-Century Ottoman Financial Records as an Indicator of Economic Activity.** em İslamoğlu (edição: 1987), *The Ottoman Empire and the World Economy*, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 345–373, 1987.
- GÖYÜNC, N. **XVI Yüzyılda Güney-Doğu Anadolu'nun Ekonomik Durumu.** em Okyar (edição: 1975), *Türkiye İktisat Tarihi Semineri*. H.Ü. Yayınları, Ankara, pp. 71-99, 1975.
- GUNDER FRANK, A. **The Myth of Feudalism.** em *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, New York: Monthly Review Press, 1967.
- HILTON, R. , **The Transition from Feudalism to Capitalism.** Introduction in Hilton (edição: 1978), Verso, London, pp. 9-31, 1978.
- , **Capitalism - What is in a Name.** Hilton (edição: 1978), *The Transition from Feudalism to Capitalism*, Verso, London, pp. 145-159, 1978.
- HOBBS, T. **Leviatã.** 3^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HOPKINS, Terence; WALLERSTEIN, I. **Cyclical rhythms and secular trends of the capitalist world-economy: some premises, hypotheses, and questions"** *Review*, v. II, n. 4, pp. 483-500. 1979.

JONES, E.L. **The European Miracle, Environments, Economies and Geopolitics in the History of Europe and Asia.** Second Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

INALCIK, H. **Capital Formation in the Ottoman Empire.** The Journal of Economic History, XXIX, pp. 1, 97-140, 1969.

-----, **The Ottoman Empire; The Classical Age. 1300-1600.** Praeger Publishers, New York, 1973.

-----, **Impact of the Annales School on Ottoman Studies and New Findings.** Review, I, pp. 3-4, 69-96, 1978.

-----, **Osmanlı Pamuklu Pazarı , Hindistan ve İngiltere: Pazar Rekabetinde Emek Maliyetinin Rolü.** METU Studies in Development, Special Issue, pp. 1-67, 1979.

-----, **The Emergence of Big Farms, Çiftlik: State, Landlords and Tenants.** em J.L. Bacque - Grainmont et p Dumont (edição: 1983), Contributions a l'Histoire Economique Et Sociale de l'Empire Ottoman, Editions Peeters, Louvain, pp. 105-126, 1983.

INALCIK, H., QUATAERET, D. **An Economic and Social History of The Ottoman Empire, 1300-1914.** Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

ISLAMOGLU, I.H., **Introduction: "Oriental Despotism" in World System Perspective.** em Islamoglu (edição: 1987), The Ottoman Empire and the World Economy. Cambridge University Press, Cambridge, pp. 1-24, 1987a.

-----, **State and Peasants in the Ottoman Empire: A Study of Peasant Economy in North-Central Anatolia During the Sixteenth Century.** em Islamoglu (edição: 1987), The Ottoman Empire and the World Economy, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 101-159, 1987b.

ISSAWI, C. **The Economic History of the Middle East 1800-1914.** The University of Chicago Press, Chicago. 1966

KASABA, R. **The Ottoman Empire and the World Economy, The Nineteenth century.** State University of New York Press, Albany, 1988.

KEYDER, C. and ISLAMOGLU, H., **Agenda for Ottoman History.** Review, I, Summer, pp. 31-55, 1987.

KUNT, M. **Siyasal Tarih in Aksin.** (edição: 1988), Osmanlı Devleti 1600-1908, 11-68, Cem Yayınevi, Istanbul, 1988.

LOCKE, J. **Two treatises of government.** Edited by Peter Laslett. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

MCGOWAN, B. **Economic Life in Ottoman Empire**. Cambridge University Press, Cambridge, 1981.

OKYAR, O. **Ottoman Economic Growth in the 16th Century**. em Okyar (edição: 1980), Social and Economic History of Turkey, 111-115, H.U. Yayınları, Ankara, 1980

ONİŞ, Z. **Globalization and Financial Blow-ups in the Semi-Periphery: Perspectives on Turkey's Financial Crisis Of 1994**. Publicado online pela Cambridge University Press. vol 15, pp. 1-23, 21 jul. 2015. Acesso: <https://doi.org/10.1017/S0896634600002466>

ORTAYLI, I. **Bazı 16. Yüzyıl Alman Seyahatnamelerindeki Türkiye Şehir ve Köylerine Ait Bilgiler üzerine**. A.U. SBF Dergisi, XXVII, pp. 4, 135-159, 1973.

OWEN, R. **The Middle East in the World Economy. 1800-1914**. Methuen, New York, 1981.

OWEN, E.J.R. **Cotton and the Egyptian Economy, 1820-1914: A study in trade and development**. Oxford: Clarendon Press.1969:

PAMUK, S. **Osmanlı Ekonomisi ve Dünya Kapitalizmi (1820-1913)**. Yurt Yayıncılık, Ankara, 1984.

-----, **100 Soruda Osmanlı-Türkiye İktisadi Tarihi 1500-1914**. Gerçek Yayınevi, İstanbul, 1988.

PATRICIA, C. and DAVID, P. **Agrarian Class Structure and the Development of capitalism: France and England Compared**. em Aston and Philpin (edição: 1987), The Brenner Debate, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 79-91,1987.

PIRENNE, H. **Economic and Social History of Medieval Europe**. Routledge and Kegan Paul, London, 1936.

POSTAN, M.M. and HATCHER, J. **Population and Class Relations in Feudal Society”** em Aston and Philpin (edição: 1987), The Brenner Debate, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 64-79, 1987.

QUATAERT, D. **The Silk Industry of Bursa, 1800-1911**. em Islamoglu (edição: 1987), The Ottoman Empire and the World Economy, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 284-289, 1987.

REYHANLI, T. **İngiliz Gezginlerine Göre İstanbul'da Hayat - 1599**. Kültür ve Turizm Bakanlığı Yayınları, Ankara, 1983.

SAHILLIOGLU, H. **XVIII Yüzyıl Ortalarında Sanayi Bölgelerimiz ve Ticari imkanları**. Belgelerle Türk Tarihi Dergisi, XI, 61-66, 1968a.

-----, **XVIII Yüzyılda Edirne'nin Ticari İmkanlar**. Belgelerle Türk Tarihi Dergisi, XII, pp. 60-68, 1968b.

SARÇ, Ö.C. **Tanzimat ve Sanayimiz** em Issawi (edição: 1966), *The Economic History of the Middle East*, The University of Chicago Press, Chicago, pp. 48-59, 1966.

WALLERSTEIN, I., **The Modern World System: Capitalist Agriculture and Origins of the European World Economy in the Sixteenth century**. Academic Press, New York, 1974.

-----, **The Ottoman Empire and the Capitalist World Economy: Some Questions for Research"**. *Review*, II, pp. 3, 389-398, 1979.

-----, **The Modern World System II: Mercantilism and Consolidation of the European Economy 1600-1750**. Academic Press, New York, 1980.

WALLERSTEIN, I. and KASABA, R. **Incorporation into the World Economy: Change in the Structure of the Ottoman Empire**. *METU Studies in Development*, VIII, 537-569, 1981.

WILLAN, T.S. **Some Aspects of English Trade with the Levant During the 16th Century**. *English Historical Review*, 399-410, 1955.

WOOD, C.A. **A History of the Levant Company**. Barnes and Noble, New York, 1964.

YURDAYDIN, H. **Düşünce ve Bilim Tarihi**. em Akşin (edição: 1988), *Osmanlı Devleti 1600-1908*, Cem Yayınevi, İstanbul, 1988.

SPOONER, F. and BRAUDEL, F. **Prices in Europe from 1450 to 1750**. *Cambridge Economic History*, IV, pp. 378-487, 1967.

STOIANOVICH, T. **Land Tenure and the Related Sectors of the Balkan Economy, 1600-1800**. *Journal of Economic History*, XIII, pp. 4, 398-411, 1953.

SWEEZY, P. **A Critique**. eö-m Hilton (edição: 1978), *Transition from Feudalism to Capitalism*, Verso, London, pp. 33-57, 1978.

TEZEL, Y. **Cumhuriyet Döneminin İktisadi Tarihi**. 1923, 1950, Yurt Yayınevi, Ankara, 1982.

THEVENOT, J. **1655-1656 da Türkiye**. (trad. Nuray Yıldız), *Tercüman 1001 Temel Eser*, İstanbul, 1978.

TIMUR, T. **Osmanlı Çalışmaları**. V Yayınları, Ankara, 1989.

TODOROVA, M.N. **Was There a Demographic Crisis in the Ottoman Empire in the 17th Century**. *Academic Bulgare Des Sciences Institut D'Etudes Balkaniques*, pp. 55-63, 1988.

TOPRAK, Z. **İktisat Tarihi"** in Akşin (edição: 1988), *Osmanlı Devleti 1600-1908*. Cem Yayınevi, İstanbul, 1988.

TOSUN, A. **19. Yüzyılda Anadolu'da Mülkiyet, Toprak ve Emek.** Osmanlı'da Toprak Mülkiyeti ve Tarım, (ed. Çağlar Keyder & Faruk Tabak; çev. Zeynep Altok), Tarih Vakfı Yurt Yayınları, İstanbul, pp. 128-138. 1998.